

CEM

Relatório & Contas 2011

Apresentado pelo Conselho de Administração da CEMAH
Assembleia Geral de 21 de Março de 2012



Rua Direita, 118 - 9700-066 Angra do Heroísmo
Tel.: + 351 295 401 300 . Fax: +351 295 403 131
www.cemah.pt

Tiragem: 300 exemplares

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	4-7	Crédito	77
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8-13	Balanço	78
3. REDE DE BALCÕES	14-17	Conta de Exploração	79
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	18-23	Síntese	82
5. ACTIVIDADE COMERCIAL	24-29	Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício	83
Enquadramento Geral e Estratégico	27		
Principais Acontecimentos de 2011	28		
6. GESTÃO DE CARTEIRA DE OPERAÇÕES	30-35		
Crédito	33		
Depósitos	33		
Produtos, Serviços e Canais	33		
Presença Geográfica e Meios de Pagamento	34		
7. RECURSOS HUMANOS	36-45		
Estrutura Orgânica	39		
Distribuição dos Recursos Humanos	40		
Perfil Etário	41		
Política de Remunerações dos Órgãos Sociais	41		
Formação	42		
Fundo de Pensões	44		
8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	46-51		
9. ORGANIZAÇÃO	52-57		
Ambiente de Controlo	55		
Património e Equipamento	56		
10. GESTÃO DO RISCO	58-63		
11. COMPLIANCE E GESTÃO DO RISCO	64-67		
12. AUDITORIA INTERNA	68-73		
13. RESULTADOS DA ACTIVIDADE	74-83		
Depósitos	77		
		14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
		Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2011	
		Demonstração de Resultados dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	
		Demonstração do Rendimento Integral para o Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	
		Demonstração de Fluxos de Caixa Periódicos Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	
		Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	
		15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	
		16. CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	
		17. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010	





1.

ORGÃOS SOCIAIS

P. 4-7

1. ORGÃOS SOCIAIS

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, cuja Mesa Administrativa, eleita trienalmente em Assembleia Geral, é composta por sete elementos, e é presidida pelo Senhor Provedor António da Fonseca Marcos.

A gestão da CEM é assegurada por um Conselho de Administração, igualmente eleito em Assembleia Geral, que é composto por três membros.

Os Órgãos Sociais da Instituição são a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, cujas composições abaixo se indicam, para o triénio 2011/2013:

MESA ASSEMBLEIA GERAL

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

José Lima do Amaral Mendonça

Manuel Olim Perestrelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino

José Mancebo Soares

Leonildo Garcia Vargas

CONSELHO FISCAL

Marco André Forjaz Rendeiro

José Humberto Farinha de Melo

Nuno Alberto Lopes Melo Alves







2.

MENSAGEM
DO PRESIDENTE

P. 8-13

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo,

Os modelos de desenvolvimento desenhados e prosseguidos por grande parte dos países componentes da designada União Europeia, permitiram uma progressiva e acelerada integração das suas economias, a criação de uma moeda única reconhecidamente forte, níveis de emprego estáveis e um ambiente de pacificação nunca antes vivido tendo em consideração a história do velho Continente.

É hoje consensual verificar que o processo de alargamento foi desenvolvido de forma demasiado rápido e não levando em linha de conta a implementação das necessárias políticas de harmonização social e fiscal, proporcionando aos diferentes países desempenhos individuais bastante díspares.

Todavia a grande falha registou-se ao nível da regulação dos mercados financeiros, onde a ausência de mecanismos de controle sobre a despesa, o endividamento e a especulação criaram um sentimento generalizado de facilitismo relativamente à vida empresarial e quotidiana, relegando-se para uma segunda linha o conceito de poupança e criação de reservas destinadas ao investimento.

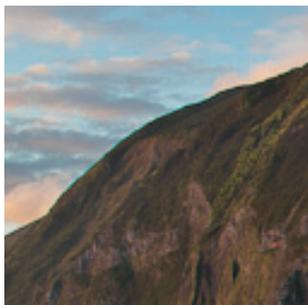
É natural que uma sociedade fortemente endividada no seu todo, congregando o Estado, as empresas e os particulares dificilmente conseguiria evitar uma fase abrupta de ajustamento como a que hoje vivemos.

Não é fácil conciliar a cultura e o modo de vida dos Europeus do Norte com os seus congéneres do Sul, onde o conceito de família, de participação social e de empreendedorismo tem leituras bastante divergentes, pelo que é necessária uma governação Europeia que consiga perceber esta dualidade e potenciá-la no sentido do crescimento económico e social, mantendo o conceito de subsidiariedade na sua forma mais pura e inteligente.

Foi neste ambiente de reequilíbrio macro económico, em contexto recessivo e de austeridade, que o sector bancário desenvolveu a sua actividade neste difícil ano de 2011. A imposição e concretização de medidas estruturantes no sector bancário proporcionaram impactos importantes na actividade normal das instituições e obrigaram muitas delas a refazerem os seus planos estratégicos.

As entidades Reguladoras e de Supervisão definiram medidas de equilíbrio ao nível da conversão dos depósitos em crédito fixando um limite máximo de 120%, exigiram esforços adicionais de provisionamento relativos à carteira de crédito, bem como a criação de provisões específicas sobre a exposição à dívida soberana, estabeleceram novas obrigações no cumprimento de rácios de capital próprio e impuseram a obrigatoriedade de transferir parte dos Fundos de Pensões dos





Bancários para a esfera da Segurança Social.

A efectivação de todas estas medidas concentradas apenas num exercício económico, proporcionou um impacto bastante negativo nas Contas de Exploração dos maiores Bancos Portugueses, tendo sido contudo disponibilizado pelo Banco Central Europeu uma linha de financiamento com vista à recapitalização dos Bancos afectados ou necessitados.

Felizmente, fruto de uma gestão ponderada, a CEM foi ajustando o seu plano de negócio tendo em conta os sinais evidentes que a conjuntura ia reflectindo, mantendo o seu quadro de actuação inalterado.

Colocamos sempre como prioridade da nossa gestão, a salvaguarda e remuneração dos nossos depositantes, e a concretização de uma política de crédito muito pulverizada e cumprindo princípios rígidos de análise de risco. Esta abordagem garantiu estimular a poupança e produzir níveis moderados de endividamento das empresas e dos particulares, contribuindo decisivamente para a obtenção de níveis adequados de liquidez na instituição, constituição equilibrada de provisões e cumprimento permanente de necessidades de fundos próprios.

A estratégia prosseguida de crescimento orgânico, através da abertura do nosso primeiro Balcão em São Miguel, na cidade de Ponta Delgada, e da manutenção de uma relação muito conhecedora e directa junto dos nossos clientes, garantiu a gestão de uma carteira de depósitos de 244.015 milhares de euros, com crescimento de 2,04%, e a concessão de crédito no montante global de 154.367 milhares de euros, com um crescimento de 17,39%, reflectindo o apoio que efectuamos à Economia Regional.

Desenvolvemos o projecto de modernização do Sistema de Informação de Gestão, criando uma nova plataforma tecnológica, assente em ferramentas actuais e pouco dependente de terceiros, e concretizamos a primeira fase da criação de um novo Core Bancário.

Esta decisão dotará a Instituição, até ao final do próximo ano, de um Sistema de Informação acessível, flexível e potenciador de negócio capaz de suportar os nossos projectos futuros de crescimento a custos controlados.

Aperfeiçoamos toda a temática organizativa, com especial incidência no Controlo Interno, ICAAP e Compliance e Risco, respondendo com eficácia às exigências da Supervisão Prudencial e Comportamental.

Prosseguimos com um Plano de Formação Profissional adequando os nossos Recursos Humanos à progressiva utilização do mundo digital no negócio bancário.

Num ano complexo e muito exigente, desenvolvemos a nossa actividade, aproveitando as oportunidades que a escassez de liquidez estrutural do sistema financeiro proporcionou, incrementando políticas de captação de novos clientes, consolidando a nossa base tradicional de depositantes e controlando eficazmente a matriz de custos, o que permitiu a apresentação de um excelente resultado, contrariando a tendência do mercado.

De futuro não se perspectivam alterações significativas à forma de actuação da CEM e conseqüente posição estratégica. Contudo, 2012 vai ser um ano de importância acrescida dado ser o primeiro exercício que os nossos resultados vão ser sujeitos a tributação em base de IRC, à luz da Lei de Orçamento de Estado para 2012 que alterou o artigo 10.º do Código do IRC.

Aos Órgãos Sociais, aos Colaboradores e muito especialmente aos nossos Clientes um sincero agradecimento pela confiança demonstrada.

Centenariamente vamos construindo esta Instituição de natureza Regional, que muito contribui para o desenvolvimento dos Açores.

Presidente do Conselho de Administração
Carlos Raulino







3.

REDE DE
BALCÕES

P. 14-17

3. REDE DE BALCÕES

ILHA TERCEIRA

BALCÃO SEDE

Rua Direita, 118 - Angra do Heroísmo

CENTRO DE EMPRESAS

Rua da Sé, 13 - Angra do Heroísmo

PRAIA DA VITÓRIA

Rua Padre Rocha Sousa, 10 A

SÃO MATEUS

Rua de Santo António, 2

BISCOITOS

Caminho do Concelho, 139

ILHA DE SÃO JORGE

CALHETA

Rua 25 de Abril

VELAS

Rua Maestro Francisco Lacerda, 30

ILHA GRACIOSA

SANTA CRUZ

Rua Dr. João de Deus Vieira

ILHA DO FAIAL

HORTA

Praça da República

ILHA DO PICO

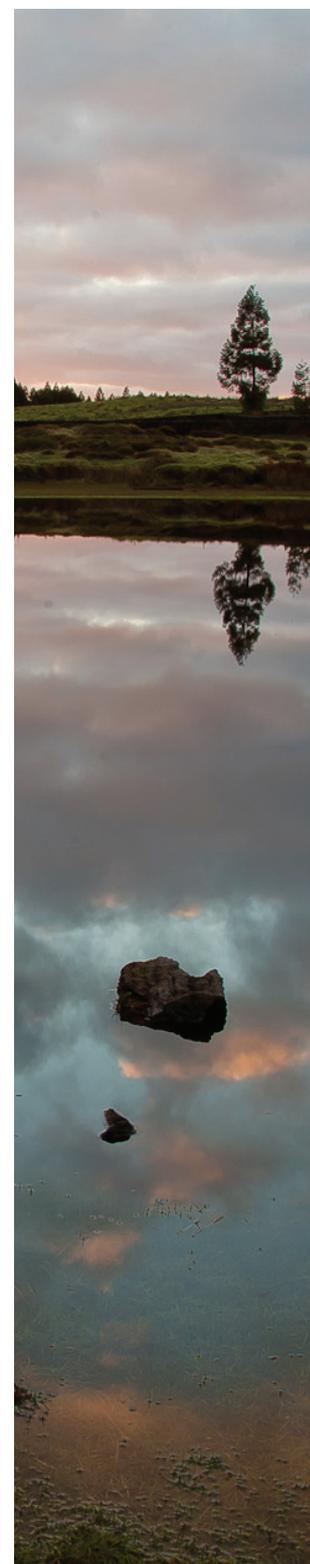
MADALENA

Rua Visconde Leite Perry

ILHA DE SÃO MIGUEL

PONTA DELGADA

Largo Almirante Dunn







4.

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO

P. 18-23

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2011, a dívida pública tornou-se no problema central da economia mundial. Na zona euro, o estado das contas públicas provocou uma crise sem precedentes. Nos Estados Unidos, a trajetória orçamental é insustentável e no Japão, o endividamento já ultrapassa 200% do produto interno bruto (PIB). O mundo está a ser dividido, nos países que acumulam dívidas e nas nações que multiplicam as suas reservas cambiais. As preocupações com os desequilíbrios das contas públicas estão no auge, mas é incorreto analisar a saúde dos países somente com base no desempenho dos Governos ou pensar que se trata de um problema meramente conjuntural.

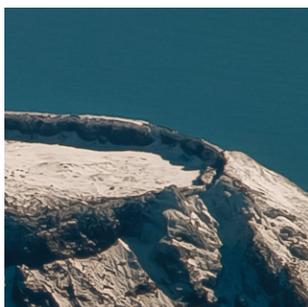
De acordo com um estudo recente do Crédit Suisse, a nível mundial, cada adulto possuía, em média, um património avaliado de mais de 33 mil euros. O total da riqueza é, por isso, três vezes maior do que o PIB mundial. A riqueza dos indivíduos constitui uma medida mais adequada da situação financeira de um determinado país. Mesmo com a recessão de 2008, a riqueza mundial aumentou 72% desde 2000. Apesar de estar no centro da crise da dívida pública, a Europa continua a deter cerca de 30% da riqueza mundial. E se no Japão, a dívida pública é o dobro do PIB, a riqueza dos nipónicos é quatro vezes maior que o PIB. Os Estados Unidos perderam peso ao longo da última década, mas continuam a ser o país mais rico com 32% do total da riqueza mundial.

A conjuntura atual favorece o crescimento dos países emergentes. Em 10 anos, a China duplicou o seu peso e já atinge 8,5% da riqueza mundial. A Índia e o Brasil também registaram progressos significativos. Devido ao bom comportamento das exportações e ao baixo endividamento, as balanças de transações correntes é positiva nestes países. Apesar do arrefecimento da economia global, atualmente, a China apresenta um saldo positivo da balança corrente de 230 mil milhões de euros, enquanto os Estados Unidos têm um défice de 363 mil milhões. A Europa tem mantido o equilíbrio da balança corrente. Portugal e a Grécia têm sido o mau exemplo, com saldos negativos perto de 10% do PIB, ou seja, cerca de 17 mil milhões de euros no caso português. São os piores desempenhos entre as economias desenvolvidas e uma das razões para a crise atual.

As bolsas americanas tiveram um bom desempenho em 2011, face ao contexto atual da economia, ficando ligeiramente positivas. Setor bancário (-23,7%) liderou as perdas a nível mundial, ao passo que os setores mais defensivos tiveram um melhor desempenho, com destaque para as farmacêuticas (+12,8%). Apesar das quedas em 2011, globalmente, as bolsas não estão subavaliadas, embora os mercados britânico e americano, que são menos voláteis, estejam baratos.

Ao logo do ano de 2011, os líderes europeus apresentaram inabilidade para encontrar uma solução definitiva para a crise das dívidas soberanas. O BCE, sob





influência alemã, privilegiou o combate à inflação e não desempenhou o papel de refinanciador da economia, ao contrário da Reserva Federal americana. A economia da zona euro prepara-se para entrar em recessão em 2012, ao passo que, nos EUA, o crescimento, embora fraco, será positivo.

Nos Estados Unidos, as estimativas do PIB, no quarto trimestre de 2011, reviram em alta ligeira o crescimento em cadeia anualizado (3%, em vez de 2,8%, em termos reais), mas a estimativa da variação homóloga em volume permaneceu em 1,6%, com o consumo privado a aumentar 1,7%. Confirmado o crescimento de 1,7%, no conjunto de 2011.

Na Zona Euro, a moeda única perdeu 3,2% face ao dólar em comparação de final de ano, embora a cotação média anual tenha registado uma apreciação de 5% face a 2010.

De acordo com a estimativa do Eurostat, o Produto Interno Bruto (PIB) na área do euro registou uma queda de 0,3 por cento em cadeia no quarto trimestre de 2011 (crescimento de 0,1 por cento no trimestre anterior) e um significativo abrandamento em termos homólogos (de 1,3 por cento no terceiro trimestre para 0,7 por cento no final de 2011). Em termos médios anuais, a economia da área do euro cresceu 1,5 por cento em 2011, o que compara com 1,8 por cento em 2010.

No conjunto de 2011, a taxa de desemprego desceu para 9,6% na UE (9,7% em 2010) e permaneceu em 10,1% na zona do euro, valor que representa um máximo desde 1998.

Em Portugal, no balanço das alterações estruturais em 2011, destaca-se a redução do défice público, embora à custa de algum artificialismo, para 4%, abaixo do limite de 5,9% estabelecido pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). Apesar da importante contribuição da transferência parcial dos fundos de pensões da banca (no montante de 3,5% do PIB), o défice estrutural reduziu-se em cerca de 4 p.p. do PIB, o que configura um ajustamento bastante acima da média europeia. A consolidação orçamental de 2011 foi conseguida com uma contração da atividade económica menor do que o previsto (quebra real do PIB de 1,5% e não 2,2%). O défice das balanças corrente e de capital reduziu-se para 6,4% do PIB em 2011, traduzindo uma correção do desequilíbrio externo acima do previsto no PAEF.

A redução mais acentuada do PIB no último trimestre de 2011 resultou do contributo negativo agravado da procura interna, em particular nas componentes de investimento e de consumo das famílias, com destaque para a sobretaxa de IRS e a perspetiva de corte de subsídios na função pública. Este comportamento sobrepôs-se a um aumento do contributo positivo da procura externa líquida, em resultado sobretudo da diminuição mais forte das importações, mantendo-se um crescimento homólogo elevado das exportações. No conjunto de 2011, as encomendas industriais aumentaram 8,6%, repartidas entre 5,3% no mercado nacional e 11,4% no mercado externo (após subidas de 10,1%, 1,7% e 18,5% em 2010);

A taxa de desemprego nacional, divulgada pelo INE, subiu para um máximo histórico de 14% no quarto trimestre de 2011 (correspondendo a 771 mil desempregados), após um valor de 12,4% no trimestre anterior. A forte subida da taxa de desemprego face ao terceiro trimestre foi explicada pelo aumento de 81 mil desempregados (mais 11,8%) em conjugação com uma diminuição de 118,3 mil empregos (2,4%),

que conduziu a uma redução da população ativa (em 0,7%). A taxa de desemprego média anual em 2011 situou-se em 12,7%.

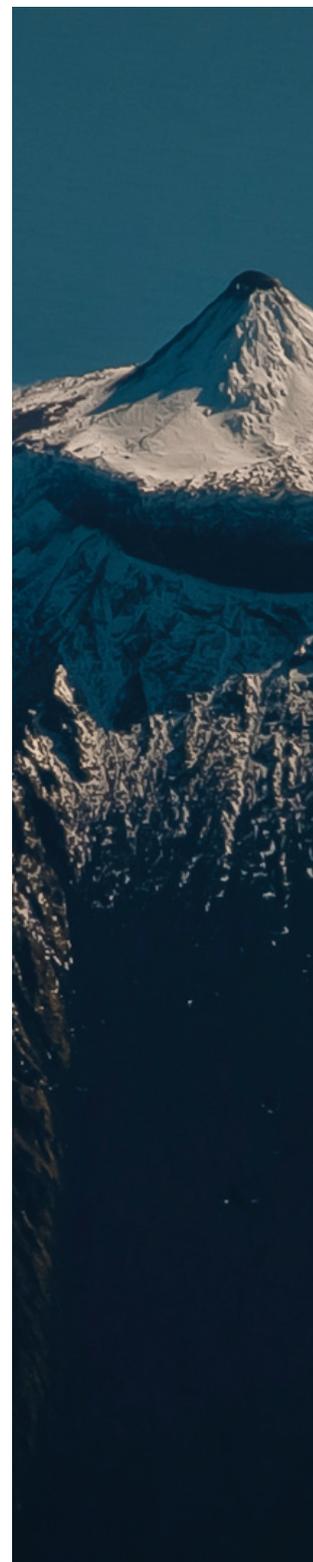
A variação média anual do IPC em 2011 foi de 3,7% (1,4% em 2010), um máximo de 10 anos, e que pode indiciar alguma preocupação futura.

Nos Açores, relativamente ao ano de 2011, o sector primário indicou uma evolução positiva enquanto os outros sectores registaram um comportamento desfavorável. No sector da agricultura e pecuária, os principais indicadores evoluíram favoravelmente, o leite entregue nas fábricas teve um aumento significativo de 6,2% e o sector da carne cresceu globalmente com uma taxa superior a 5%. A registar negativamente o desempenho dos sectores secundário e dos serviços, a avaliar pelo consumo de energia desses sectores, pelos indicadores do sector da construção, pelo turismo e pela venda de automóveis ligeiros.

A taxa de desemprego regional atingiu, segundo o INE, os 15,1% em 2011, ficando acima da taxa de desemprego nacional que foi de 14%. No quarto trimestre de 2011, a população empregada teve uma redução de 5,2% à estimada no trimestre anterior, tendo como reflexo um acentuado aumento da taxa de desemprego, que registou uma variação trimestral de 3,5 pontos percentuais.

A taxa média de inflação foi de 3,4% em Dezembro de 2011 (0,3 p. p. mais baixa que a média nacional), continuando a apresentar tendência crescente (em Junho era de 2,7% e em Setembro era de 3,0%). As classes Bebidas alcoólicas e tabaco, Transportes e Saúde, são as que apresentam maiores variações médias ao longo dos últimos meses do ano. Em Dezembro a taxa homóloga apresentou uma variação de 3,6%, semelhante à taxa correspondente a nível nacional.

Na globalidade dos indicadores, o clima económico regional continuou a ser mais favorável do que aquele que se verificou em âmbito nacional, sobretudo no âmbito das Finanças Públicas onde a RAA teve, reconhecidamente, melhor desempenho do que as restantes parcelas do território nacional, o que deixa alguma margem de manobra futura e expectativa de que as medidas severas aprovadas no Continente e Região Autónoma da Madeira possam ser relativamente aliviadas na Região, ao nível fiscal e da despesa global.





An aerial photograph of a coastal town and surrounding green fields. The town is situated on a hillside overlooking the ocean. In the foreground, there are lush green fields with a grid-like pattern, possibly agricultural land. The ocean is visible in the background under a blue sky with light clouds.

5.

ACTIVIDADE
COMERCIAL

P. 24-29

5. ACTIVIDADE COMERCIAL

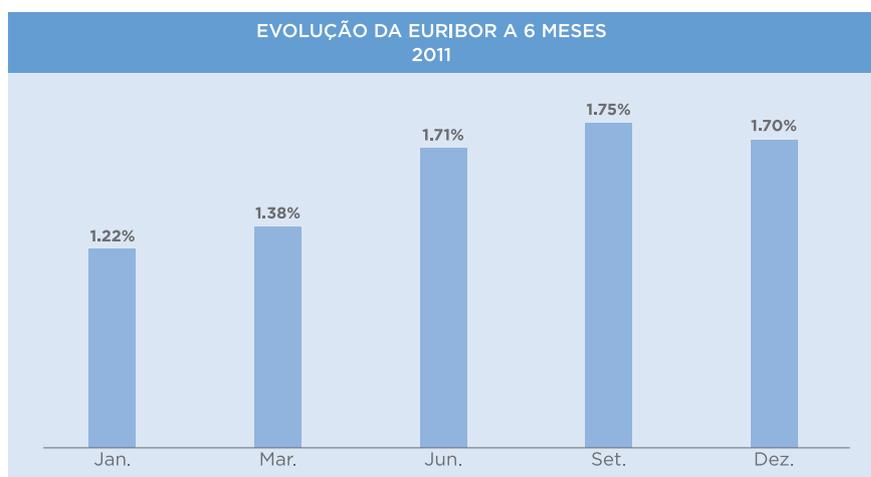
ENQUADRAMENTO GERAL E ESTRATÉGICO

A actividade das Instituições Bancárias no ano de 2011 foi fortemente condicionada pela crise Financeira da Europa em geral e do país em particular.

Efectivamente, a crise no mercado de dívida soberana reflectiu-se na subida dos prémios de risco das taxas de juro da dívida pública de alguns Estados membros da UE face à Alemanha, tendo implicações no aumento do custo de financiamento dos Governos e das Instituições Financeiras, condicionando a sua liquidez.

A dificuldade de financiamento por parte das Instituições Financeiras no mercado interbancário e de acesso aos mercados internacionais teve naturais repercussões e retraimentos na concessão de crédito às empresas e a particulares.

Esta conjuntura marcou a tendência de continuidade de subida da taxa Euribor a 6 meses como se pode verificar no gráfico abaixo:



Pese embora este contexto turbulento e complexo, a CEM graças à estratégia desenvolvida nos últimos anos, que combinou uma política selectiva de concessão de crédito, com uma gestão muito atenta da carteira de depósitos, encontra-se numa situação excedentária em matéria de liquidez.

O facto de não ter necessidade de recorrer ao mercado interbancário ou internacional para obter liquidez permitiu não só a continuidade do financiamento do mercado regional como o seu crescimento em crédito.





PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2011

Em 2011, destaca-se como acontecimento histórico para a Instituição a abertura de um balcão na ilha de S. Miguel, na cidade de Ponta Delgada (principal praça comercial da Região).

A abertura deste novo ponto de negócio constituiu um marco na medida em que consubstancia a concretização de um objectivo antigo com a expansão e crescimento da Instituição.

No que concerne ao relacionamento da CEM com outras Entidades, nomeadamente o Governo da Região Autónoma dos Açores, deu-se continuidade ao estreito relacionamento já existente ao nível das parcerias já protocoladas.

Há ainda a destacar a aposta na continuidade do desenvolvimento tecnológico, que constitui não só como um desafio como uma exigência do sector.

Em matéria de relacionamento com o cliente, foi adicionado aos Canais Electrónicos já disponíveis - o site institucional e a plataforma de Banca Online - NetCEM, o netCEM Mobile.

Como aconteceu anteriormente, a gestão dos patrocínios, apoios e publicidade da Caixa Económica da Misericórdia foram direccionados de forma criteriosa e distinta, através de uma análise precisa de cada proposta e o seu retorno para a imagem da Instituição, destacando-se os apoios às Sanjoaninas e Festas da Praia da Vitória, bem como outros eventos culturais da Região.





6.

GESTÃO DE
CARTEIRA DE
OPERAÇÕES
P. 30-35

6. GESTÃO DE CARTEIRA DE OPERAÇÕES

CRÉDITO

Apesar da instabilidade dos mercados económico e financeiros, na CEM, a carteira de crédito concedido (não representado por valores mobiliários) assinalou um crescimento de 17,39%, atingindo os 154.367 milhares de Euros no final de 2011, como resultado de um aumento do crédito vincendo.

O rácio de transformação de depósitos em crédito fixou-se nos 63%, tendo aumentando por via do acréscimo significativo do crédito, sobretudo institucional e ligado ao Balcão de Ponta Delgada.

Privilegiou-se a transformação do crédito concedido sob a forma de descoberto autorizado em crédito estruturado, desenvolvendo-se uma política restritiva de concessão deste produto com medidas de acompanhamento e análise criteriosa.

O sucesso deste conjunto de medidas foi potenciado pela flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa e a rigorosa administração de riscos pela CEM.

No âmbito da gestão do risco de crédito e das provisões associadas, foi dada continuidade ao relevante trabalho do Gabinete de Recuperação de Crédito, determinante na mitigação da percentagem deteriorada da carteira de crédito, tendo também sido concentrados esforços no sentido da contínua actualização das avaliações dos colaterais reais de crédito, que para além do impacto substancial no consumo dos fundos próprios, permitem-nos ter sempre em consideração os valores reais dos imóveis que servem de garantias às operações de crédito activas.

DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2011, os recursos captados ascenderam a 244.015 milhares de Euros (239.132 milhares de Euros no final de 2010), assistindo-se a uma absorção da variação negativa ao nível dos depósitos à vista e poupança pela evolução favorável das aplicações a prazo.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

Ao longo do ano de 2011, a Caixa Económica da Misericórdia desenvolveu a sua actividade comercial pautada pela prudência e constante observação do mercado. O resultado deste acompanhamento traduziu-se numa revisão do preço em diversos momentos do ano, adequando os nossos produtos aos praticados pela concorrência, de acordo com os objectivos da área comercial.





O serviço de prospecção, conhecido também por Caixas Móveis, foi reestruturado após uma análise profunda das rotas utilizadas e rentabilidade do serviço prestado. Esta reorganização permitiu reduzir os custos da operação, bem como otimizar o transporte de valores.

Tendo sempre em vista a satisfação do cliente, assumida como um dos objectivos que orientam a actividade da Caixa Económica da Misericórdia e, enquadrando-se no programa de inovação tecnológica em curso, foi criado e disponibilizado o netCEM Mobile que em paralelo com a netCEM constituem duas ferramentas tecnológicas fundamentais para a actividade comercial actual, permitindo a esta Instituição disponibilizar aos seus clientes ferramentas indispensáveis a um bom suporte da actividade bancária.

PRESEÇA GEOGRÁFICA E MEIOS DE PAGAMENTO

Foi dada continuidade à parceria estratégica com a SIBS e UNICRE, disponibilizando aos nossos clientes as Caixas Multibanco, Terminais de Pagamento Automático e Cartões de Débito e Crédito.

No ano de 2011, instalou-se mais uma Caixa Multibanco, esta na Ilha São Miguel, no seguimento da abertura do balcão de Ponta Delgada, totalizando um parque de 41 equipamentos na Região, equivalente a 10% de quota de mercado.

Os contratos de Terminais de Pagamento Automático totalizaram 130, mantendo praticamente o número de equipamentos instalados no ano anterior, apesar da elevada concorrência de outras instituições de crédito.

Os cartões de Débito Visa Electron activos, registaram o crescimento esperado ultrapassando a marca dos 15.000 cartões, que confirma a alteração do perfil dos clientes, mais conhecedores dos meios electrónicos de pagamento.





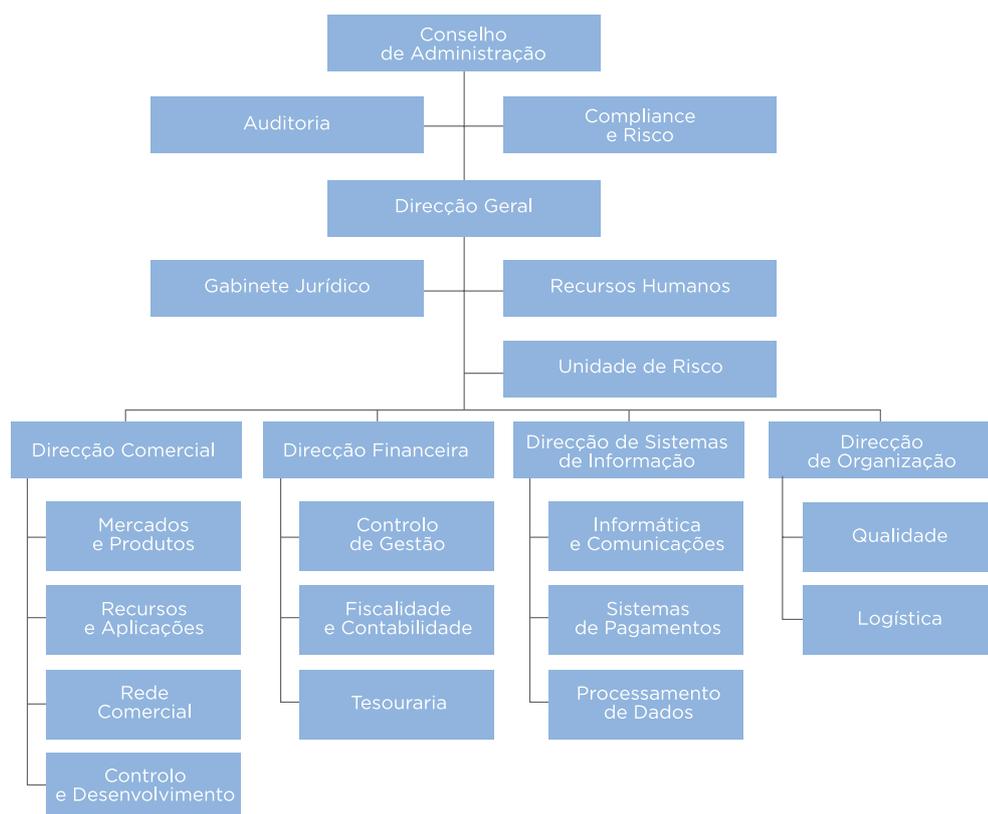
7.

RECURSOS HUMANOS

P. 36-45

7. RECURSOS HUMANOS

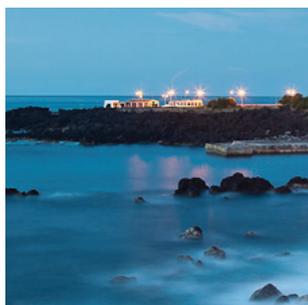
ESTRUTURA ORGÂNICA



Considerando as exigências acrescidas motivadas pela necessidade de actualizar o Sistema de Informação e Gestão, de criar métodos e processos mais aperfeiçoados no âmbito do Controlo Interno e melhorar a relação com os nossos clientes, procedeu-se em 2011, a um reajustamento da estrutura Orgânica, tendo sido criadas a área da Qualidade e do Controlo e Desenvolvimento, com reporte à Direcção de Organização e Direcção Comercial, respectivamente.

Este novo modelo manteve a preocupação de conformidade em relação às orientações expressas no Comité de Basileia.





DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

QUADRO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS

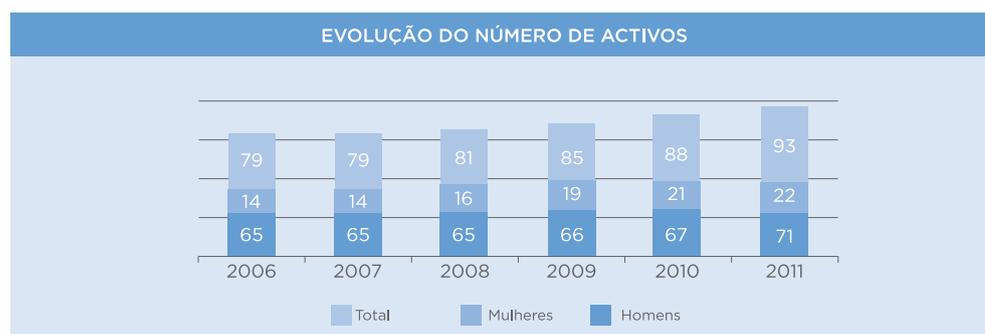
Pessoal	Homens	Mulheres	Total
Activos	71	22	93
Reformados	26	1	27
Pensionistas	1	13	14
Total	98	36	134

No final de Dezembro de 2011, a CEM contava com um total de 93 colaboradores activos, tendo acrescido 8 unidades com competências técnicas.

No quadro acima não são contemplados os 7 Estagiários acolhidos na CEM ao abrigo do Programa Estagiar L e T.

O Conselho de Administração da CEM, em 2011 manteve a aposta na valorização e motivação de colaboradores qualificados e na selecção de perfis de competência alinhados com os objectivos estratégicos da Instituição.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACTIVOS



Em 2011, as admissões foram justificadas pelas necessidades sentidas a nível dos Departamentos Comercial, Secretariado de Administração e Unidade de Risco. Na área Comercial, destaca-se a abertura do Balcão de Ponta Delgada, para onde foram alocados 3 funcionários de balcão e 1 gerente.

DISTRIBUIÇÃO DOS ACTIVOS PELOS BALCÕES E SERVIÇOS

Balcões/Serviços	Homens	Mulheres	Total
Angra do Heroísmo	12	3	15
Calheta	5	0	5
Horta	5	1	6
Praia da Vitória	7	0	7
Graciosa	4*	1	5
Velas	5	0	5
São Mateus	4*	1	5
Biscoitos	2	0	2
Madalena	5**	1	6
Ponta Delgada	2	2	4
Serviços Centrais	20	13	33
Total	71	22	93

*Inclui 1 deputado eleito em 11/2004, para a Assembleia Legislativa Regional

**Inclui 1 requisitado desde 7/2002, pelo Governo Regional

A centralização da maioria dos serviços administrativos, o recurso a melhores práticas de gestão de processos e a utilização de tecnologias de informação, permitiu que a definição do número de colaboradores por cada balcão/serviço, se mantivesse dentro dos mesmos critérios dos anos anteriores.

PERFIL ETÁRIO

PERFIL ETÁRIO DOS COLABORADORES

Estrutura Etária	Homens	Mulheres	Total
18-24	0	1	1
25-29	8	3	11
30-34	9	4	13
35-39	6	6	12
40-44	7	5	12
45-49	5	1	6
50-54	18	1	19
55-59	12	1	13
60-64	6	0	6
65	0	0	0
Total	71	22	93

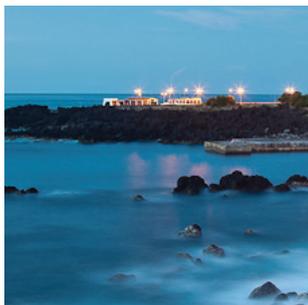
Manteve-se uma predominância de idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos, para os homens e entre os 35 e 39 anos, para as mulheres, sendo que, em termos de média global de idades, a dos homens foi de 45 e a das mulheres 37, encontrando-se a média global nos 43 anos.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º28/2009, do Aviso 1/2010 e da Carta-Circular n.º2/10/DSBDR, do Banco de Portugal e os seus Estatutos, foi definida a política de remuneração para os Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa Económica da Misericórdia, assente nos seguintes aspectos principais:

1. Os membros efectivos do Conselho de Administração da CEM recebem uma gratificação fixa que é definida, segundo os art.º 9º e 30º, alínea d) dos seus Estatutos, em reunião plenária, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representante da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.
2. Os membros suplentes do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração.
3. A nenhum órgão social é atribuída qualquer remuneração variável.





O texto integral da política de remunerações dos Órgãos Sociais encontra-se disponível em www.cemah.pt

A remuneração do Conselho de Administração da CEM é definida segundo os art.º 9º e 30º, (alínea d) dos seus Estatutos, em reunião conjunta do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Representante da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Em 2011, os valores aprovados para os membros do Conselho de Administração (Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino; José Mancebo Soares; Leonildo de Garcia Vargas), foram de 40.021,65€ anuais individuais, perfazendo um total global de 120.063,30€, não existindo em qualquer um dos órgãos remuneração variável.

Os membros do Conselho Fiscal (Marco André Forjaz Rendeiro; Nuno Alberto Lopes Melo Alves; José Humberto Farinha de Melo) têm uma remuneração sob a forma de senhas de presença (art.º 13º dos estatutos), anual individual de 2.394,24€, num total global de 7.182,72€.

FORMAÇÃO

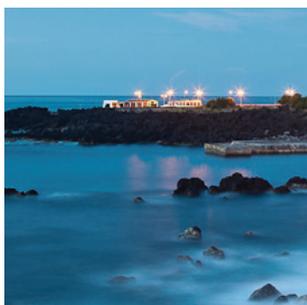
O Plano de Formação para 2011 foi elaborado tendo por base as necessidades legais e estratégicas da CEM, bem como as necessidades individuais e o perfil dos colaboradores. A Formação abrangeu um total de 53 colaboradores, tendo sido ministradas um total de 1.838 horas de formação (interna e externa). O investimento global em formação ascendeu assim, aos 26.413 euros.

A formação interna foi ministrada às novas admissões (formação inicial), tendo sido realizada pelo Gabinete de Recursos Humanos e pelas respectivas áreas de acolhimento, num contexto de trabalho, perfazendo um total de 920 horas de formação. Para a formação externa, a CEM recorreu a um leque variado de entidades formadoras, sendo de realçar o Banco de Portugal e do Instituto de Formação Bancária, no desenvolvimento das formações de carácter obrigatório, *Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing* (Branqueamento de Capitais) e Conhecimento da Nota de Euro, bem como na área dos Produtos Bancários.

FORMAÇÕES EXTERNAS

DESIGNAÇÃO DA FORMAÇÃO	ENTIDADE FORMADORA	Nº DE HORAS	Nº DE PARTICIPANTES
Curso Intensivo de Banca para Recém -Licenciados	Instituto de Formação Bancária	415	5
Depósito Bancário e Contas	Instituto de Formação Bancária	6	1
Diagnóstico Económico-financeiro de Empresas	Instituto de Formação Bancária	50	2
Programa Integrado de Crédito	Instituto de Formação Bancária	105	5
Produtos de Crédito aos Consumidores	Instituto de Formação Bancária	6	1
Análise de Risco de Crédito	Instituto de Formação Bancária	7	1
Publicidade a Produtos e Serviços Bancários	Instituto de Formação Bancária	6	1
Produtos e Crédito à habitação	Instituto de Formação Bancária	6	1
Gestão de Reclamações de Clientes Bancários	Instituto de Formação Bancária	6	1
Anti-Money & CF	Instituto de Formação Bancária	24	6
Anti-Money & CF (actualização)	Instituto de Formação Bancária	8	8
Nota de Euro	Banco de Portugal e IFB	20	16
Moeda de Euro	Instituto de Formação Bancária	10	5
Estratégias de Redução de Custos	CCAH	1	1
Fraude e Auditoria Interna	IPAI	14	1
Código Contributivo	OTOC	14	2
Orçamento de Estado 2011; Encerramento Contas 2010	OTOC	14	2
Norma para as entidades sector não lucrativo; IRC e aspectos particulares da tributação autónoma e do tratamento das viaturas	OTOC	21	3
Contabilidade de Empresas	Instituto de Formação Bancária	14	1
Extracção de dados - Dialpe	Dialpe	56	2
Astaro Certified Engeneer (ACE)	Astaro Academy	21	1
Formação sensibilização extintores	Serv. Reg. Protecção Civil e Bombeiros Açores	96	24
	Total	920	90





FUNDO DE PENSÕES

O processo de transferência de responsabilidades do sector bancário para o Regime Geral de Segurança Social, iniciou-se com a obrigatoriedade de todas as novas admissões serem feitas para a esfera da Segurança Social, tendo-se verificado em 2011, evoluções significativas neste processo.

Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2011, foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, para as eventualidades de Parentalidade e Velhice, os trabalhadores bancários no activo, anteriormente abrangidos pela CAFEB - Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários. Esta integração, fez-se sem prejuízo da manutenção dos direitos adquiridos pelos pensionistas e reformados, previstos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical.

As restantes eventualidades - doença, invalidez, morte e sobrevivência, bem como o pagamento das pensões já formadas e dos complementos devidos por força da aplicação dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector, mantiveram-se, como até então, sob a responsabilidade da CEM e do seu Fundo de Pensões.

A 31 de Dezembro de 2011, foram integrados na Segurança Social, os actuais reformados e pensionistas que se mantêm fora do Regime Geral de Segurança Social, envolvendo os principais bancos nacionais, não tendo a CEM sido abrangida por se encontrar regulamentada pela Lei das Caixas Económicas.

A CEM continua a cumprir todas as suas obrigações de dotações para o Fundo de Pensões e a deduzir no resultado líquido os encargos diferidos, sendo 416 milhares de Euros para os anos 2012 e 2013 e 194 milhares de Euros para os anos 2014 e 2015, findo este período ficará a instituição completamente liberta desta responsabilidade.



A photograph of a forest stream. The water is dark and flows over moss-covered rocks. The surrounding vegetation is dense, with many green ferns in the foreground and various trees in the background. The lighting is soft, suggesting a shaded forest environment.

8.

SISTEMAS
DE INFORMAÇÃO
P. 46-51

8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No decurso de 2011, a Direcção de Sistemas de Informação, como resposta aos objectivos estratégicos traçados pela CEM, implementou uma série de medidas e de projectos para melhorar de forma significativa os sistemas de informação da CEM e a informação a prestar aos clientes e à Gestão, a destacar:

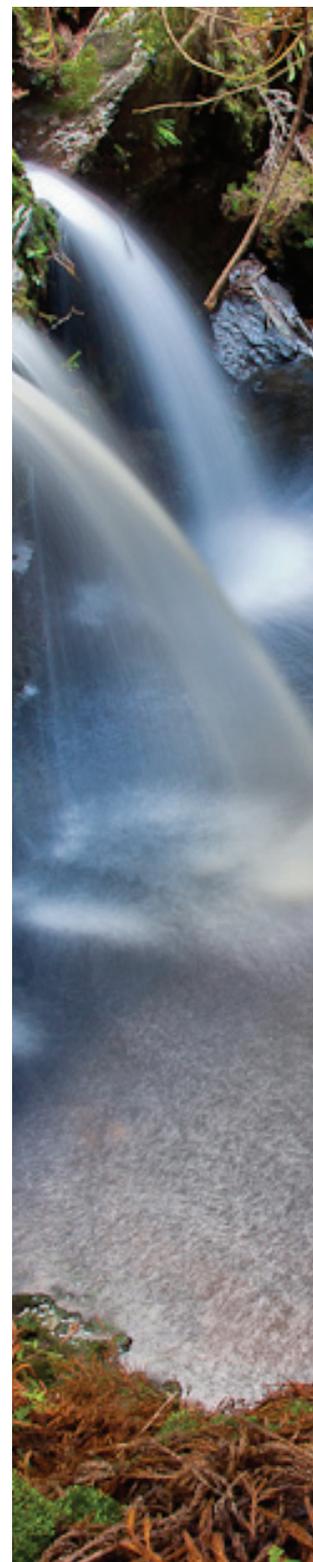
- **CORE BANKING** - Foi iniciada a primeira fase do projecto TransAKT que visa a transformação do core bancário da CEM num Core bancário moderno, utilizando uma arquitectura modular e web based, que permitirá capacitar os departamentos de ferramentas e aplicações que dêem resposta às suas actividades diárias e às necessidades do negócio, com melhoramentos a nível funcional, técnico, de produtividade e nos serviços prestados aos clientes. A primeira fase do projecto, com previsão de implementação até final do primeiro semestre de 2012, consiste no desenvolvimento do módulo de crédito;

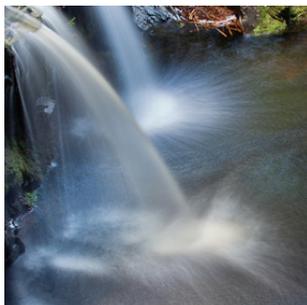
- **GESTÃO DOCUMENTAL E WORKFLOW** - Com a implementação da Gestão de Expediente, que conduziu a ganhos consideráveis no tratamento, circulação e acesso aos documentos da Instituição, eliminando a dependência do papel e facilitando o arquivo documental, tornou-se relevante fazer-se o levantamento de requisitos para implementação do fluxo de abertura de conta e do processo de aprovação de crédito, com vista à redução dos tempos de resposta e permitir a integração dos documentos subjacentes a estes processos na Gestão Documental. A fase de implementação dos fluxos, e consequente integração com a Gestão Documental, decorrerá em 2012;

- **BUSINESS INTELLIGENCE** - Deu-se início ao estudo de propostas e adjudicação da solução de BI, fundamental para apoiar a tomada de decisão por parte das Direcções e dos Órgãos de Gestão da CEM. A decisão foi consubstanciada com o desenho de um roadmap para o Sistema de Informação de Gestão tendo em conta a evolução futura pretendida da CEM, nomeadamente a implementação de sistemas de Balancing Score Card;

- **MOBILE BANKING** - Depois do sucesso alcançado com a plataforma de e-banking disponibilizada pela CEM aos seus clientes, desenvolveu-se aquele que hoje é considerado como o canal de comunicação, dos clientes com o banco, com maior crescimento a nível mundial e também nacional. O mobile banking, disponibilizado pela CEM aos seus clientes, e em muitos aspectos semelhantes à versão e-banking, veio reforçar a sua relação com os clientes possibilitando-os de efectuar operações bancárias através de smartphones;

- **HOST-TO-HOST** - Foi implementado, junto da SIBS, o projecto de alargamento das operações típicas do Multibanco ao canal de e-banking, como o Pagamento de Serviços e o carregamento de telemóveis, entre outras;





- **SEGURANÇA** - Sendo a segurança uma área prioritária para a CEM, estendeu-se o investimento em serviços de monitorização e prevenção de vulnerabilidades e presença de malware nos sistemas informáticos, para ajudar a minimizar os perigos decorrentes de ataques e intrusões na rede informática da CEM. Foram também estudados modelos para reforçar os níveis de autenticação forte dos canais de mobile e de e-banking netCEM;

- **DISASTER RECOVERY** - Para fazer face a um eventual cenário de catástrofe natural, epidémica e/ou social, criou-se um sitio alternativo, em Lisboa, para albergar os sistemas críticos da CEM, identificados no Plano de Contingência e de Recuperação de Negócio. O plano de implementação encontra-se em curso;

- **INFRA-ESTRUTURA DE BALCÃO** - procedeu-se à substituição dos equipamentos dos balcões, nomeadamente computadores, impressoras, multifunções e leitores de cartão do cidadão, para permitir a actualização do sistema operativo e a redução dos custos operacionais e de manutenção dos equipamentos e a modernização da correspondente infra-estrutura, possibilitando o aumento da produtividade e eficiência dos colaboradores;

Para além dos projectos mencionados, ocorreram outros de menor escala que permitiram a prossecução dos objectivos estratégicos e comerciais traçados pelo Conselho de Administração da CEM e pelas Direcções em geral, e que no seu conjunto trouxeram valor acrescentado ao objectivo ultimo de ir ao encontro das necessidades dos clientes e da satisfação dos seus interesses pessoais, profissionais e de negócio.





9.

ORGANIZAÇÃO

P. 52-57

9. ORGANIZAÇÃO

De seguida, apresenta-se de forma resumida, as actividades da Direcção Organização em 2011, nas áreas consideradas mais relevantes para os processos da CEM:

Foi concluído e implementado o projecto de Gestão Documental, na vertente de Expediente, (correspondência, assinaturas de clientes e documentos contabilísticos) permitindo o aumento da eficácia operacional através da fácil e imediata consulta da informação, redução de custos de consumíveis e racionalização do espaço de armazenamento em disco.

Foi revisto o processo da Gestão das Viaturas da CEM nos seguintes aspectos:

- Foi analisada a melhor forma de gerir o seu parque de viaturas, com o objectivo de minimizar custos e otimizar a sua utilização, optando-se pelo contrato de locação mais atractivo para a CEM, com o requisito da compra das viaturas nos concessionários dos Açores como forma de beneficiar o mercado local.
Na sequência de uma gestão racionalizada dos recursos disponíveis, apesar de se terem aumentado o número de Balcões (+1), reduziu-se o número de viaturas a utilizar de 17 para 14.
- Procedeu-se à informatização do processo de gestão das viaturas através da elaboração de processos individuais onde se criou um cadastro digital para cada viatura com as informações consideradas pertinentes e com os respectivos documentos base associados, o que permitiu uma pesquisa rápida de documentos e imagens relacionadas com cada processo; Iguamente foram desenvolvidos Mapas de Gestão com informação preparada para servir de apoio à Gestão de Topo.

AMBIENTE DE CONTROLO

No que se refere ao Ambiente de Controlo, que se reveste de grande importância para a DO, na medida em que reflecte a atitude e os actos da instituição perante o controlo interno, teve-se em especial atenção:

- Relatório anual sobre a adequabilidade do Sistema de Controlo Interno: foram efectuadas auditorias aos processos da CEM, tanto externas como internas (função de “compliance”, função de gestão de riscos e função de auditoria interna), assim como foram apontadas pelo Conselho Fiscal as deficiências detectadas no âmbito da sua acção fiscalizadora.





O relatório foi entregue ao Órgão Supervisor na data e nos moldes estabelecido e em resultado da sua análise, efectuada pelo Banco de Portugal, não se verificou a existência de anomalias relevantes a considerar.

- Estrutura organizacional: alterou-se a estrutura, no sentido de a manter adequada à dimensão e realidade da CEM; Juntaram-se dois departamentos à Orgânica, essenciais à melhoria contínua e ao desenvolvimento da Instituição, foram estes a Qualidade, na Direcção de Organização e o Desenvolvimento e Controlo na Direcção Comercial

- Compliance: assegurou-se a devida divulgação dos normativos legais aplicáveis à CEM pelos responsáveis.

Na Qualidade deu-se ao início ao projecto de revisão geral de toda a documentação do modelo organizacional, actualizando-se 71 procedimentos atingindo-se os objectivos da sua adequação ao normal funcionamento da Instituição e implementação de melhorias.

PATRIMÓNIO E EQUIPAMENTO

OBRAS

Em 2011 concluíram-se as obras para construção da nova agência em S. Miguel, na cidade de Ponta Delgada, tendo esta sido inaugurada a 28 de Julho.

Também em 2011 se deu o arranque às obras com destino a preparar a nova agência em S. Roque do Pico, cuja inauguração foi planeada para o 1º trimestre de 2012, com vista a permitir processo de expansão definido na estratégia da CEM.

Continuando a política que a CEM tem vindo a desenvolver, no sentido de manter todos os edifícios da Instituição em boas condições de conservação e aparência e, acompanhando as exigências de modernidade e funcionalidade, procedeu-se a pequenas obras de conservação as quais tiveram igualmente presentes as actuais exigências da Banca, designadamente normas de segurança.

IMÓVEIS RECEBIDOS EM REEMBOLSO DE CRÉDITO PRÓPRIO

Consolidou-se o projecto imobiliário, seguindo-se criteriosamente as recomendações do Banco de Portugal. Durante o ano de 2011 foram vendidos 9 imóveis, mais 2 do que em 2010, e recebidos 6, estes números que reflectem, apesar da conjuntura do mercado extramente desfavorável, uma política cautelosa e constante da Gestão de Topo.

EQUIPAMENTO

Manteve-se um cuidado especial sobre a manutenção e acompanhamento de todos os equipamentos, numa perspectiva de prolongamento da sua vida útil.





10.

GESTÃO
DO RISCO

P. 58-63

10. GESTÃO DO RISCO

A actividade da Gestão do Risco no ano de 2011 consistiu num aperfeiçoamento das políticas que sustentam o perfil de risco da Instituição, nomeadamente, os processos de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos considerados materiais para a CEM (crédito, liquidez/taxa de juro e operacional).

A gestão integrada do risco tem como principal objectivo responder às imposições regulamentares de Basileia II e do Banco de Portugal, repartindo-se pelos processos seguintes:

1. STRESS-TESTING

- Enquanto processo que pretende avaliar a capacidade do capital interno na absorção de choques, identificar vulnerabilidades e definir e adoptar medidas correctivas que lhes façam face, o exercício de *Stress-testing* com referência a 31-12-2011 dividiu-se na realização de análises de sensibilidade a cada risco, variando apenas um factor de risco e na realização de análises de cenários, em que foram conjugadas variações simultâneas em vários factores de risco;
- Paralelamente foi efectuado o *reverse stress-test*, avaliando os pressupostos assumidos sobre o modelo e estratégia de negócio, bem como no planeamento de capital;
- Embora se tenham apurado diversos impactos materiais, quer no resultado do exercício, quer em fundos próprios, é de salientar que o nível de solvabilidade da CEM foi suficiente e excedente para absorção dos choques aplicados, mantendo-se sempre acima do mínimo regulamentar.

2. ICAAP (PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DO CAPITAL INTERNO)

- O ICAAP tem como fim assegurar que o nível de fundos próprios é apropriado ao perfil de risco da instituição e garantir que os processos internos para o efeito suportam, adequadamente, o sistema de gestão do risco;
- A auto-avaliação do processo em causa avalia os princípios de governo interno instituídos, os controlos existentes, as estratégias e o plano de actividade da Instituição, bem como plano de contingência definido, encontrando-se em curso com referência a 31-12-2011.

3. REPORTE PRUDENCIAL

- O processo de reporte prudencial consiste na construção e disponibilização de informação à Supervisão no cumprimento de regulamentos por esta emanados, sendo que, à data de 31-12-2011, se incluíam neste processo 14 reportes ao Banco de Portugal, com





periodicidades mensais, trimestrais, semestrais e anuais, para comunicação de níveis de liquidez, solvabilidade, provisões, carteira de crédito, exposição aos riscos de taxa de juro e de concentração, entre outros.

Paralelamente à gestão integrada do risco a CEM implementou uma gestão individual de cada risco, a qual pretende identificar, avaliar, monitorizar e mitigar cada um dos riscos materiais para a sua actividade, nomeadamente:

1. RISCO DE CRÉDITO (INCLUINDO RISCO DE CONCENTRAÇÃO)

- a. Emissão de pareceres sobre propostas de crédito relevantes, quantificado o seu impacto na exposição da CEM aos riscos de crédito e concentração, bem como na imparidade esperada para a carteira global de crédito;
- b. Cálculo da imparidade esperada da carteira de crédito semestralmente, em que foi classificada a carteira de crédito em deteriorada e não deteriorada e avaliada a perda esperada em cada uma delas com base em dados históricos. No cálculo com referência a 30-06-2011 foi apurada uma imparidade total da carteira de crédito de 3.188 milhares de euros, existindo uma margem de provisões estatutárias confortável (637 milhares de euros);
- c. Emissão de relatório trimestral de exposição ao risco de crédito, composto por análises de situações de incumprimento, evolução da carteira, garantias existentes, concentração e desvios dos níveis de tolerância definidos.

2. RISCO DE LIQUIDEZ/TAXA DE JURO

- a. A gestão dos activos e passivos da CEM, bem como dos riscos de liquidez e taxa de juro, é feita sobretudo pela Direcção Geral e pela Direcção Financeira, assumindo-se uma postura prudente, que tem permitido a obtenção de elevados níveis de liquidez;
- b. Emissão de relatório trimestral de exposição aos riscos de liquidez e taxa de juro, que engloba análises de mismatches e gaps de liquidez, remuneração de activos e passivos, desvios dos níveis de tolerância definidos, entre outros.

3. RISCO OPERACIONAL (INCLUI RISCOS DE COMPLIANCE, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E REPUTAÇÃO)

- a. Está em curso a implementação efectiva do ciclo de gestão do risco operacional, tendo o ponto de partida sido a quantificação das perdas financeiras históricas dos últimos 4 anos daí advindas, enquanto suporte do acompanhamento futuro dos processos em que os eventos de risco tiveram lugar, para subsequente implementação de medidas correctivas e avaliação da sua eficácia enquanto mitigadoras do risco subjacente.





11.

COMPLIANCE E
GESTÃO DO RISCO

P. 64-67

11. COMPLIANCE E GESTÃO DO RISCO

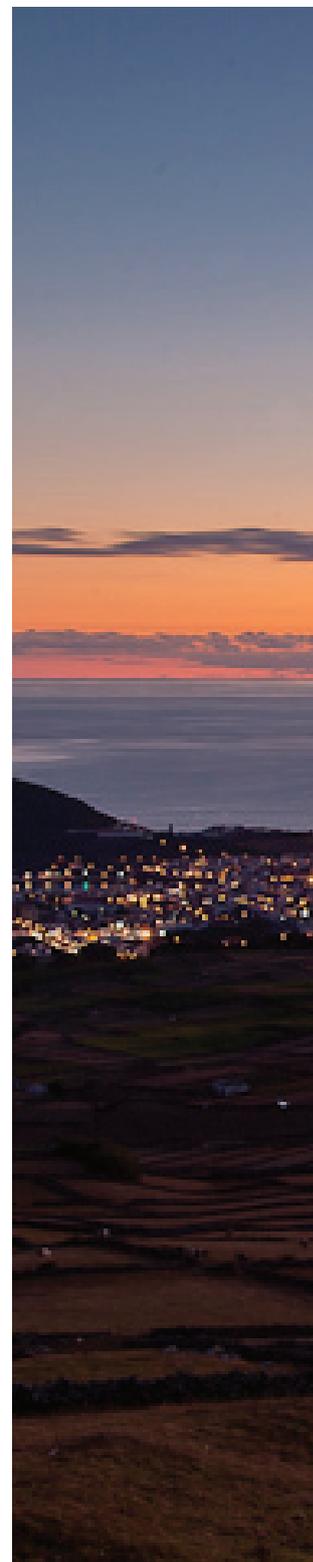
A actividade da função de Compliance e Gestão do Risco no ano de 2011 dividiu-se entre as duas áreas em questão como se apresenta de seguida:

1. COMPLIANCE

- a. Identificação de indícios de incumprimento de normativos legais, regulamentos internos ou de práticas de relacionamento com os clientes;
- b. Revisão de procedimentos internos de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, apoio na implementação dos mesmos e posterior avaliação da sua eficácia e necessidade de redefinição para melhor cumprimento das exigências legais e regulamentares;
- c. Elaboração do relatório anual da função *Compliance*, composto pelos incumprimentos detectados ao longo do ano e que se mantêm na data de referência, que integrará o relatório de controlo interno da instituição;
- d. Apresentação dos resultados obtidos nos pontos anteriores ao Conselho de Administração e seu aconselhamento sobre acções e medidas correctivas a tomar.

2. CONTROLO DA GESTÃO DO RISCO

- a. Identificação de deficiências relativamente à adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos;
- b. Avaliação de medidas correctivas tomadas para supressão das deficiências anteriormente referidas;
- c. Monitorização das políticas e directrizes de gestão integrada do risco e concessão da perspectiva de risco no processo de tomada de decisão através da assessoria ao Conselho de Administração, nomeadamente ao nível da definição da política institucional de risco;
- d. Elaboração de relatório anual para o Conselho de Administração que integrará igualmente o relatório anual de Controlo Interno.







12.

AUDITORIA
INTERNA

P. 68-73

12. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna realizou em 2011 diversas actividades, seguindo a planificação estratégica aprovada superiormente, descrita no seu Plano de Actividades e no Mapa específico de Tarefas Rotina AI.

Essas actividades tiveram por objectivos prioritários, a mitigação do risco, uma maior aposta na prevenção, na melhoria da informação, dos controlos e da segurança, a valorização das regras de conduta, dos processos e dos procedimentos, directamente relacionados com o Processo de Controlo Interno na CEM.

Todas as actividades desenvolvidas respeitaram a Legislação em vigor, as orientações e os objectivos estratégicos da nossa Instituição, e também, as Práticas Profissionais de Auditoria Interna recomendadas pelo IIA (The Institute of Internal Auditors).

Foram produzidos Relatórios de todas as actividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, posteriormente analisados e discutidos em reuniões específicas com o Conselho de Administração, após uma prévia e personalizada apresentação feita pelo Auditor Interno.

Foram elaboradas Actas oficiais de todas essas reuniões.

Das actividades desenvolvidas em 2011, destacam-se as seguintes:

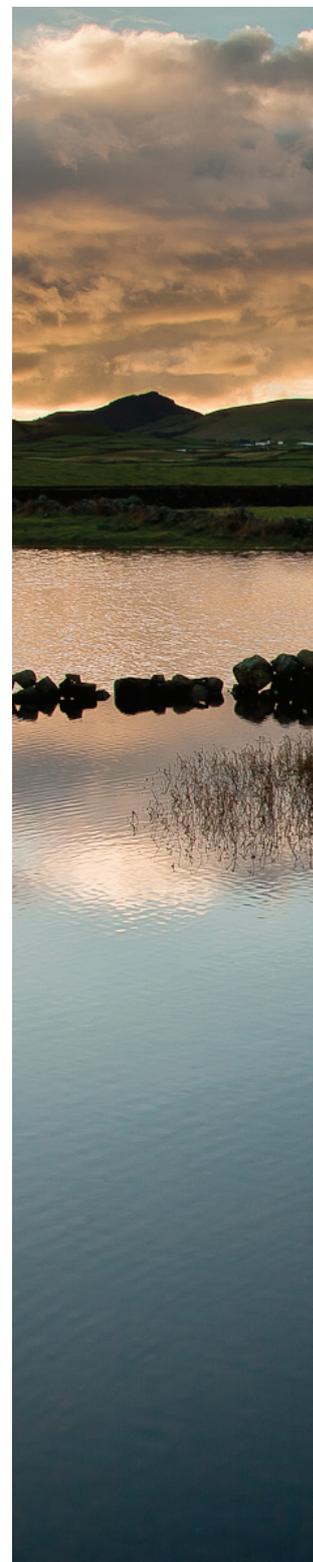
- Trabalhos na nova Agência em Ponta Delgada, na Agência da Sede, nos Balcões de São Mateus da Calheta e Biscoitos;
- Balanços Eventuais de Controlo à Tesouraria Central;
- Balanços Eventuais de Controlo a todos os Caixas, nos Balcões visitados pela Auditoria Interna;
- Análise aos Processos: Branqueamento de Capitais na CEM; Reclamações Oficiais na CEM; Remessas e Transportes de Valores na CEM.

A presença do Auditor Interno na Formação IPAI “Fraude e Auditoria Interna”, e na formação e-learning sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Realização de trabalhos em parceria com os Auditores Externos da PWC, nomeadamente, ligados aos processos de Controlo Interno, aos processos de Circularização de Clientes e das Entidades Relacionadas com a CEM.

Elaboração de um novo Plano de Actividades da Auditoria Interna para 2012, que responda às exigências estratégicas da nossa actividade bancária, face à difícil conjuntura Nacional e Internacional, aos elevados níveis de risco, às necessidades imperativas de maior rigor no Processo de Controlo Interno na CEM.

As actividades da Auditoria Interna regeram-se sempre pelos seguintes Princípios e Regras de Conduta: Integridade, Objectividade; Confidencialidade e Competência. A Auditoria Interna dispõe de um Código de Ética, validado formalmente pelo CA desde 2009.





A Auditoria Interna conta com um único colaborador, a desempenhar funções de auditor e de responsável pela função, desde a sua criação em 2006. Para maior abrangência das suas actividades, tendo em conta a dimensão da Instituição e os recursos humanos afectos à função de auditoria interna, continuará a ser necessário para alguns casos o recurso ao outsourcing.





13.

RESULTADOS
DA ACTIVIDADE

P. 74-83

13. RESULTADOS DA ACTIVIDADE

DEPÓSITOS

A 31 de Dezembro de 2011, os depósitos da CEM totalizaram 244.015 milhares de euros, registando um crescimento de 2,04%, face ao período homólogo do ano anterior. O total de depósitos decompõe-se em 50.750 milhares de euros de depósitos à ordem e em 193.265 milhares de euros de depósitos a prazo e de poupança, representando 20,80% e 79,20%, respectivamente, do total.

Pessoal	2010	2011	Varição
Depósitos à Ordem	52.944.527 €	50.749.745 €	-4,15%
Depósitos a Prazo	186.187.059 €	193.265.193 €	3,80%
Total	239.131.586 €	244.014.938 €	2,04%

CRÉDITO

O montante global do crédito concedido em 31 de Dezembro último foi de 154.367 milhares de euros, representando um crescimento de 17,39% em relação a 2010.

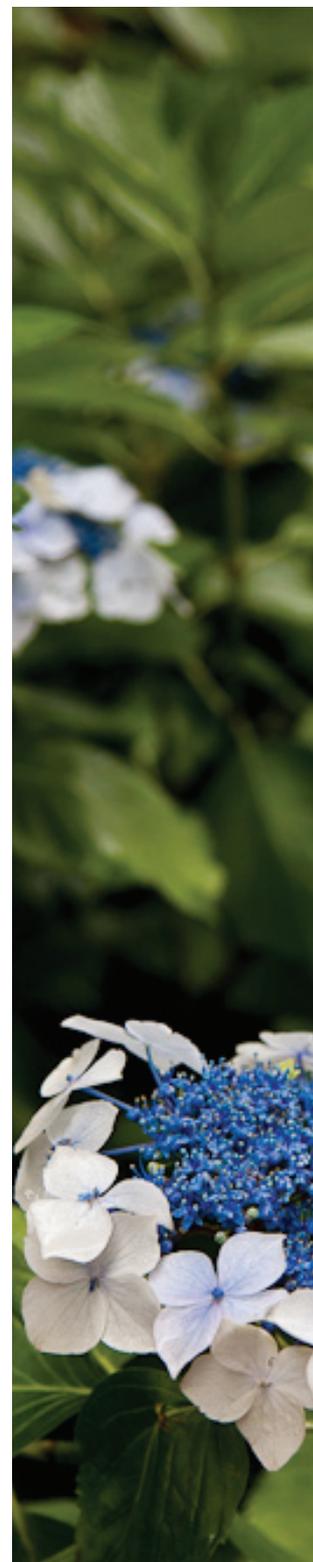
Mantiveram-se, em 2011, as linhas orientadoras na concessão de crédito, que privilegiam a concretização de operações a particulares e empresas comprovadamente sólidas, e com bom património, capaz de minimizar o risco de tais operações. A avaliação criteriosa da capacidade de reembolso por parte dos clientes, permitiu manter os níveis de cumprimento em valores acima da média.

A análise dos factores de risco e de concentração, na concessão de crédito, mereceram um factor de ponderação elevado nas decisões tomadas pela CEM. O enquadramento e análise histórica do cliente, pelos comités de crédito de cada balcão, reforçam o carácter de proximidade que é apanágio da Instituição.

A 31 de Dezembro de 2011, o saldo do crédito e juros vencidos situou-se em 2.198 milhares de euros, registando um acréscimo de cerca de 24,13% face ao mesmo período do ano anterior. A rubrica de crédito e juros vencidos representa àquela data apenas 1,42% do crédito global, valor bastante equilibrado face à conjuntura verificada e à média do sector bancário.

Atendendo à natureza das garantias que suportaram tais operações, o montante de crédito vencido acima referido, apresentou um bom grau de cobrabilidade.

Manteve-se, como nos anos anteriores, a observação permanente da carteira de crédito por parte dos auditores externos, encontrando-se em cumprimento as regras emitidas pelo Banco de Portugal, no que concerne ao seu provisionamento. O modelo de imparidade de crédito foi continuamente aperfeiçoado e os valores provisionados pelo modelo legal em vigor ficam confortavelmente acima do que seria exigido pelo respectivo modelo de imparidade.





EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

Crédito	2010	2011	Varição
Crédito	131.494.525€	154.366.562€	17,39%

Tal valor significa um grau de transformação de 63%, praticamente metade do limite máximo que foi imposto pela Troika para os bancos Portugueses (120%) e que configura uma situação de confortável excesso de liquidez, como tem sido apanágio desta Instituição ao longo dos anos.

BALANÇO

ESTRUTURA DO BALANÇO

Avaliação dos Principais Agregados do Balanço	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
1. Disponibilidades	12.019	4,5%	12.867	4,7%
2. Aplicações	242.175	89,6%	244.800	89,3%
2.1. Aplicações em I.C.	89.287	33,0%	75.192	27,4%
2.2. Créditos a clientes líquido	129.885	48,1%	152.957	55,8%
2.3. Activos financ. disp. p/venda	7.836	2,9%	4.062	1,5%
2.4. Investimentos detidos até maturidade	15.167	5,6%	12.588	4,6%
3. Imobilizações líquidas	9.307	3,4%	10.152	3,7%
4. Outros activos	6.732	2,5%	6.160	2,3%
5. Activo Líquido	270.233	100,0%	273.979	100,0%
6. Recursos alheios	240.350	88,9%	245.927	89,8%
6.1 Recursos de outras I.C.	18	0,0%	13	0,0%
6.2. Recursos de clientes	240.332	88,9%	245.914	89,8%
6.3. Passivos subordinados	0	0,0%	0	0,0%
7. Provisões	1.926	0,7%	1.770	0,7%
8. Outros passivos	5.632	2,1%	4.709	1,7%
9. Passivo	247.908	91,7%	252.406	92,1%
10. Capitais próprios	22.325	8,3%	21.573	7,9%
10.1. Capital	15.211	5,6%	17.500	6,4%
11.2. Reservas de reavaliação	(228)	-0,0%	(1.550)	-0,6%
11.3. Out. Res. e Res. Transitados	5.890	2,2%	4.378	1,6%
11.4. Resultado do Exercício	1.452	0,5%	1.245	0,5%

Unidade: Milhares de Euros

A estrutura do Balanço não sofreu alterações significativas durante o exercício de 2011, mantendo-se muito semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem, conforme se pode verificar no mapa acima.

A 31 de Dezembro de 2011, o Activo Líquido situava-se nos 273.979 milhares de euros, representando um crescimento de 1,4% em relação ao período idêntico do ano anterior.

O Crédito a Clientes, no montante 152.957 milhares de euros, representando 55,8% do activo líquido, engloba todo o crédito, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respectivos proveitos a receber. A estes foram deduzidas as provisões associadas.

As Aplicações em Instituições de Crédito, que ascenderam a 75.192 milhares de euros e representavam 27,4% do activo líquido, incluem 12.000 milhares de euros de aplicações no Mercado Monetário Interbancário, e a colocação de 62.485 milhares de euros em Depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 4.591 milhares de euros.

As Imobilizações Líquidas, no valor de 10.152 milhares de euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio da Instituição, bem como o valor de 1.613.736 euros, referente a património recebido da SCMAH, aquando do aumento de capital ocorrido em 1988, e que concerne a prédios rústicos.

O Passivo regista um valor de 252.406 milhares de euros, assumindo a carteira de depósitos da Instituição – Recursos de Clientes e respectivos custos a pagar, 245.914 milhares de euros. Esta rubrica apresentou um crescimento de 2,3% face ao ano anterior.

Nos “Outros Passivos” estão contabilizadas as responsabilidades com o Fundo de Pensões, a mensuração de outros encargos a pagar, e outras operações a regularizar.

A 31 de Dezembro de 2011 a Situação Líquida da CEM ascendia a 21.573 milhares de euros. Desta consta o valor de 17.500 milhares de euros, registado em capital, valor suficiente para permitir a transformação desta Caixa Económica em Banco.

No final do exercício de 2011 o Rácio de Solvabilidade apresentava um valor de 11,5%, que passará para 11,9%, com a inclusão dos resultados líquidos (deduzido o valor distribuído à accionista), que apenas poderão ser considerados após a Certificação Legal das Contas.

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Mapa comparativo da evolução das principais rubricas	2010	2011
1. Juros e rendimentos similares	10.130	13.118
2. Juros e encargos similares	(4.699)	(5.712)
3. Margem Financeira	5.431	7.406
4. Rendimentos de serviços e comissões	1.458	1.504
5. Encargos com serviços e comissões	(161)	(205)
6. Resultados de actividade financeira	99	87
7. Outros resultados de exploração	(228)	(168)
8. Produto Bancário	6.619	8.624
9. Custos com pessoal	(3.044)	(3.354)
10. Gastos gerais administrativos	(1.923)	(2.101)
11. Amortizações do exercício	(511)	(540)
12. Provisões líquidas de reposições e anulações	0	375
13. Correções de valor associadas a crédito de clientes	647	(416)
14. Imparidades líquidas	(336)	(1.342)
15. Resultado Líquido do exercício	1.452	1.245

Unidade: Milhares de Euro





Mapa da Evolução da Margem Financeira, Produto Bancário e Resultados	2010	2011
Margem Financeira	5.431	7.406
Produto Bancário	6.619	8.624
Resultado Líquido do Exercício	1.452	1.245
Resultados Transitados resultantes de alteração de políticas contabilísticas	(416)	(416)
Resultado a Distribuir	1.036	829

CONTA DE EXPLORAÇÃO - ANÁLISE

Da análise dos valores da Conta de Exploração relativos ao exercício de 2011, podemos constatar os seguintes aspectos:

Margem Financeira:

A margem financeira apresentou um crescimento de 36%, passando de 5.431 milhares de euros em 2010 para 7.406 milhares de euros em 2011, o que se deveu essencialmente a um crescimento mais significativo da rubrica de proveitos - juros e rendimentos similares - face ao registado nos custos - juros e encargos similares, devido ao aumento dos spreads nos produtos bancários, com especial incidência sobre as operações activas.

Produto Bancário:

O produto Bancário apresentou um crescimento de 30% em 2011, passando de 6.619 para 8.624 milhares de euros. Este ficou a dever-se, essencialmente, ao acréscimo registado na Margem Financeira, verificando-se um ligeiro aumento na rubrica de rendimentos de serviços e comissões.

Provisões líquidas de reposições e anulações e correcções de valor associadas a Crédito a Clientes:

A constituição e a reposição das provisões foram efectuadas de acordo com o estabelecido pelo Banco de Portugal (Aviso nº 3/95), resultando em 2011 num contributo negativo para o resultado no valor de 41 milhares de euros.

Imparidades líquidas:

Esta rubrica compreende basicamente o saldo entre imparidades registadas e revertidas no exercício, relativas a imposições sobre dívida soberana. O seu saldo a 31 de Dezembro de 2011 era de 1.343 milhares de euros, face aos 336 milhares de euros registados em 2010.

Resultado Líquido do Exercício:

Conforme já referenciado, a Margem Financeira e o Produto Bancário apresentaram um crescimento em 2011, não obstante o Resultado Líquido do Exercício ter sido inferior ao do ano passado, o que se ficou a dever aos valores registados nas correcções de valor e imparidades.

Resultados de Exercícios Anteriores:

Os Resultados Transitados, resultantes de alterações de políticas contabilísticas, mantiveram-se face a 2010.

Resultado a Distribuir:

Tendo em consideração a Margem Financeira que originou o produto bancário apuramos o resultado líquido do exercício no montante de 1.245 milhares de euros, que foi afectado pelos compromissos do Fundo de Pensões no montante anual fixado pelo Banco de Portugal de 416 mil euros, registando como resultado final a distribuir o montante de 829 mil euros.

Custos Operacionais:

A rubrica de custos com o pessoal registou um aumento de 10% face ao ano anterior, em consequência do aumento do número de funcionários verificado no período. Este deveu-se à necessidade de reforço dos Serviços Centrais e do balcão da Rua Direita, e à abertura do balcão de Ponta Delgada. Este novo balcão justifica também o acréscimo de 9% dos gastos gerais administrativos, no contexto de uma política de contenção de custos adoptada pela CEM.





SÍNTESE

Orientados pela estratégia definida de desenvolvimento do nosso negócio, sustentada no crescimento orgânico baseado numa análise criteriosa do mercado, crescemos em 2011 ao nível do crédito concedido e no total da carteira de depósitos, representando uma consolidação dos nossos clientes históricos e a captação de novas oportunidades de negócio.

Respondemos com eficácia à oferta atípica e inflacionada de remuneração dos depósitos.

Financiamos as necessidades creditícias dos particulares e empresas contribuindo decididamente para o financiamento da Economia Regional, assumindo claramente a nossa qualidade de Instituição Bancária de raiz Regional.

A conjuntura dos mercados financeiros e das necessidades acrescidas de liquidez permitiram uma alocação bastante rendível dos depósitos da nossa Instituição em outros bancos da praça Portuguesa.

Controlamos de forma eficaz a evolução dos gastos de funcionamento, com especial incidência na rubrica de encargos com pessoal e consumíveis, implementando uma gestão de custos focalizada na análise crítica e redução da factura energética.

Concentramos meios financeiros e recursos humanos nas tarefas organizativas e inerentes ao acompanhamento dos normativos regulamentares - Controlo Interno, Auditoria Interna e Externa, Compliance e Risco, Stress Testes, ICAAP e Certificação Legal das Contas.

Tendo em consideração o ano difícil vivido, as perspectivas futuras procedemos a uma política de provisionamento bastante ponderada, contemplando a pressão exercida sobre o rendimento disponível dos particulares, o novo enquadramento do mundo empresarial e os efeitos sobre o sector público do Programa de Ajustamento Financeiro acordado entre o País e a União Europeia.

Procedemos a provisões adequadas sobre a nossa carteira de crédito e de exposição à dívida soberana.

Efectivamos as reavaliações dos colaterais que suportam parte substancial do crédito concedido adequando-as aos valores actuais do mercado imobiliário.

Cumprimos com as dotações relativas às obrigações inerentes à gestão do nosso Fundo de Pensões.

Da nossa actuação resultou a produção de um resultado líquido de 1.245 milhares de Euros, excelente face à conjuntura e a obtenção de um rácio de solvabilidade de 11,50% e um Tier I de 11,20%, que posiciona bem esta Caixa Económica no sistema bancário Português.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Tendo em consideração que foi garantida a constituição de todas as Provisões prudenciais exigidas relativamente à nossa exposição em crédito concedido, efectuadas as Amortizações Legais e contabilizados os encargos referentes ao Fundo de Pensões, propõe-se que o Resultado Líquido, disponível, apurado no exercício de 2011, no montante de 829 mil Euros, tenha, e de acordo com o Compromisso, a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados Líquidos:

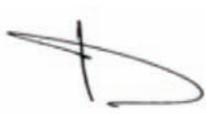
Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	€207.334,65 (25%)
Capital	€207.334,64 (25%)
Reserva Legal	€207.334,65 (25%)
Reserva Estatutária	€207.334,65 (25%)

Angra do Heroísmo, 21 de Março de 2012

O Conselho de Administração



Carlos Manuel Brasil Silva Raulino



José Mancebo Soares



Leonildo Garcia Vargas





A scenic landscape featuring a dirt road winding through a field of low-lying green vegetation in the foreground. In the middle ground, a calm body of water stretches across the frame. The background is dominated by a range of green mountains under a sky filled with soft, grey clouds. The overall mood is serene and natural.

14.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos
em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Unidade: Euro

	<u>Notas</u>	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros recebidos		11.804.013	9.263.970
Juros pagos		(5.205.676)	(4.895.079)
Comissões recebidas		1.605.069	1.626.480
Comissões pagas		(204.670)	(161.057)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(6.618.736)	(5.277.490)
Impostos pagos		(36.250)	(6.679)
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		20.098.889	(20.098.889)
Créditos e adiantamentos a clientes		(22.850.563)	11.889.862
Outros activos		77.388	543
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com instituições de crédito - à vista		(5.178)	(17.329)
Débitos para com clientes - à vista		(2.002.519)	(2.818.934)
Débitos para com clientes - a prazo		7.078.134	(2.146.380)
Outros passivos		34.513	116.537
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		3.774.415	(12.524.447)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		19.070	19.761
Juros recebidos de activos financeiros		928.798	202.145
Venda de activos financeiros		1.246.160	-
Compra de activos financeiros	-		(18.713.392)
Vencimento de activos financeiros disponíveis para venda		2.500.000	3.619.998
Compra de outros activos tangíveis		(883.947)	(560.702)
Venda de outros activos tangíveis		-	-
Compra de activos intangíveis		(559.868)	(28.166)
Venda de activos intangíveis		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		3.250.214	(15.460.358)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de dívida subordinada			-
Reembolso de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		-	-
Dividendos pagos		(259.112)	(309.386)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(259.112)	(309.386)
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		6.765.517	(28.294.191)
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.14	81.206.717	109.401.916
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		86.679	98.992
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.14	88.058.913	81.206.717

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Balço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	31-Dez-11		Unidade: Euro 31-Dez-10	
		Antes Prov. Imp. Amort.	Prov. Imp. Amort.	Valor Líquido	Valor Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.1	10.006.576		10.006.576	10.353.125
Disponibilidades em out. inst. de crédito	6.2	2.860.117		2.860.117	1.665.608
Activos financeiros disponíveis para venda	6.4	4.061.735		4.061.735	7.836.463
Aplicações em outras instituições de crédito	6.3	75.192.221		75.192.221	89.286.874
Crédito a clientes	6.5	154.968.704	(2.011.452)	152.957.252	129.885.385
Investimentos detidos até à maturidade	6.6	13.858.066	(1.269.732)	12.588.334	15.167.029
Activos não correntes detidos para venda	6.7	5.064.099	(363.762)	4.700.337	4.608.184
Outros activos tangíveis	6.8	14.477.424	(4.895.067)	9.582.357	9.244.590
Activos intangíveis	6.9	2.362.637	(1.792.606)	570.031	62.353
Outros activos	6.10	1.459.834	-	1.459.834	2.123.669
Total do Activo		<u>284.311.413</u>	<u>(10.332.619)</u>	<u>273.978.794</u>	<u>270.233.280</u>
Passivo e Capital					
Passivo:					
Recursos de outras instituições de crédito	6.11			13.025	18.201
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.12			245.913.495	240.331.959
Provisões				1.770.151	1.925.515
Outros passivos subordinados	6.15			0	0
Outros passivos	6.13			4.709.145	5.632.295
Total do Passivo				<u>252.405.816</u>	<u>247.907.970</u>
Capital:					
Capital	6.17			17.500.000	15.210.668
Reservas	6.17			-1.550.496	-227.934
Outras reservas e resultados transitados	6.17			4.378.370	5.890.364
Resultado do exercício				1.245.104	1.452.212
Total do Capital				<u>21.572.978</u>	<u>22.325.310</u>
Total do Passivo e do Capital				<u>273.978.794</u>	<u>270.233.280</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Unidade: Euro

	Notas	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Juros e rendimentos similares	6.19	13.117.719	10.130.211
Juros e encargos similares	6.19	(5.711.599)	(4.699.217)
Margem financeira		<u>7.406.120</u>	<u>5.430.994</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	6.20	19.070	19.761
Rendimentos de serviços e comissões	6.21	1.504.001	1.458.289
Encargos com serviços e comissões	6.21	(204.670)	(161.057)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6.22	1.891	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.22	86.679	98.992
Resultados de alienação de outros activos		13.245	-
Outros resultados de exploração	6.23	(202.724)	(228.396)
Produto bancário		<u>8.623.612</u>	<u>6.618.583</u>
Custos com pessoal	6.24	(3.354.362)	(3.044.022)
Gastos gerais administrativos	6.25	(2.100.801)	(1.922.766)
Amortizações do exercício	6.7 e 6.8	(540.170)	(510.690)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.10	374.826	(335.759)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	6.10	(415.616)	646.868
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(1.269.732)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(72.652)	-
Resultado antes de impostos		<u>1.245.104</u>	<u>1.452.212</u>
Impostos correntes		-	-
Impostos diferidos		-	-
Resultado após impostos		<u><u>1.245.104</u></u>	<u><u>1.452.212</u></u>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-

O Técnico Oficial de Contas



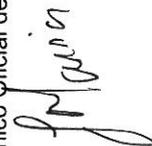
O Conselho de Administração



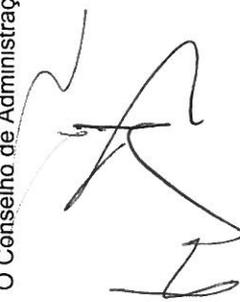
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração de alterações no capital próprio
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Unidade: Euro	
							Total	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	6.17	14.901.282	590.492	5.687.358	(415.767)	1.653.311	22.416.677	
Constituição de reservas:								
Reserva legal				309.386		(309.386)	-	
Reserva estatutária				309.386		(309.386)	-	
Aumento de capital por incorporação de resultados								
Distribuição de resultados		309.386				(309.386)	(309.386)	
Aplicação de resultados					415.767	(415.767)	-	
Alterações de política contabilística								
Variação líquida em activos financeiros disponíveis para venda			(818.426)				(818.426)	
Amortização do impacto do Aviso nº 12/2001 (Pensões de Reforma)	6.17				415.767		415.767	
Resultado do exercício	6.17					1.452.212	1.452.212	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		15.210.668	(227.934)	6.306.131	(415.767)	1.452.212	22.325.311	
Constituição de reservas:								
Reserva legal	6.17			259.112		(259.112)	-	
Reserva estatutária	6.17			259.112		(259.112)	-	
Transferência de reservas		2.030.220		(2.030.220)				
Aumento de capital por incorporação de resultados	6.17							
Distribuição de resultados	6.17	259.112				(259.112)	(259.112)	
Aplicação de resultados					415.767	(415.767)	-	
Alterações de política contabilística	6.17							
Variação líquida em activos financeiros disponíveis para venda	6.17		(1.322.561)				(1.322.561)	
Amortização do impacto do Aviso nº 12/2001 (Pensões de Reforma)	6.17				(415.767)		(415.767)	
Resultado do exercício						1.245.104	1.245.104	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		17.500.000	(1.550.496)	4.794.134	(415.767)	1.245.104	21.572.976	

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Rendimento Integral
para o período 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	<u>2011</u>	<u>(euros)</u> <u>2010</u>
Resultado Líquido do Período	1.245.104	1.452.212
<i>Reserva de Justo Valor</i>		
Alterações de Justo Valor, liquidadas de imposto	-1.322.561	-818.426
Total de Rendimento Integral do Período	<u>-77.457</u>	<u>633.786</u>



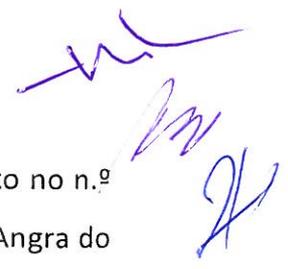


A photograph of a dense forest with tall, thin trees and a path leading through them. The trees are mostly evergreens, and the ground is covered with fallen leaves and pine needles. The lighting is soft, suggesting a slightly overcast day or a shaded area within the forest.

15.

RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



No cumprimento das disposições estatutárias, nomeadamente o disposto no n.º 3 do art. 11.º, o Conselho Fiscal da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo vem apresentar o seu relatório sobre a ação fiscalizadora levada a cabo no decurso do exercício de 2011, bem como dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do ano o Conselho Fiscal acompanhou a gestão nos seus aspetos mais relevantes, através de reuniões mensais com o Conselho de Administração, o Sr. Provedor da Santa Casa e o Diretor Geral, obtendo informações relativas às estratégias delineadas para a Instituição, aos aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida e às demonstrações financeiras mensais. Sempre que foi necessário, foi solicitada documentação e esclarecimentos adicionais, os quais foram prontamente atendidos. Também foram realizadas reuniões com os Auditores Internos e Externos, para acompanhamento da situação geral da Caixa Económica, sobretudo ao nível do Sistema de Controlo Interno.

Relativamente ao Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração cumpre-nos referir que este documento menciona os factos mais significativos, complementa as contas e esclarece adequadamente a gestão do exercício traduzindo, com veracidade, a situação económica e financeira da Instituição.

Relativamente às Contas, é nosso parecer que a sua elaboração se encontra de acordo com as normas legais e princípios contabilísticos geralmente aceites, representado de forma adequada a situação patrimonial e financeira desta Caixa Económica à data de 31 de dezembro de 2011, pelo que foram certificadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De realçar o resultado alcançado num ano de crise financeira internacional, com efeitos no mercado nacional e regional, acentuado pela pequena dimensão deste, fruto de uma leitura correta do mercado, proximidade em relação aos clientes e execução de medidas de controlo de crédito. Este resultado foi afetado

pelas imparidades relativas a imposições sobre a dívida soberana mas compensado pelo aumento da margem financeira.

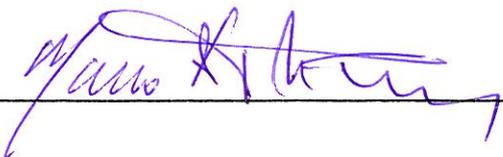
No desenvolvimento da estratégia comercial definida no ano de 2010, salienta-se a abertura em 2011 de um novo balcão em Ponta Delgada bem como a preparação para a abertura de dois novos balcões em 2012, um em S. Roque do Pico e outro no novo Hospital de Angra, que se aguarda com expectativa e o eventual reforço da posição noutras ilhas.

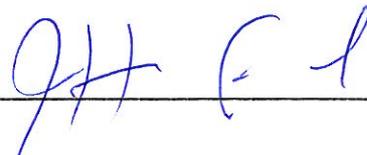
Face ao exposto somos de parecer que:

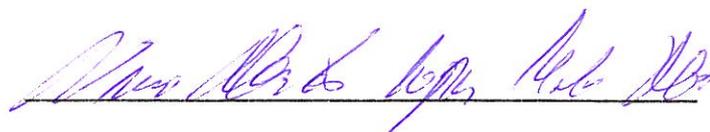
- a) Sejam aprovados o Relatório e Contas respeitantes ao exercício de 2011;
- b) Seja aprovada a aplicação do resultado do exercício, no valor de 829 338,59 euros, nos termos propostos pelo Conselho de Administração;
- c) Seja lavrado um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os seus colaboradores, pelo profissionalismo, dedicação e forte empenhamento demonstrados.

Angra do Heroísmo, 19 de março de 2012

O CONSELHO FISCAL











16.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 273.979 milhares de euros e um total de capital próprio de 21.573 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.245 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções previstas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CEMAH, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

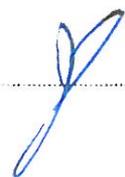
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade local autónoma e independente inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077



Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.





17.

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
EM 31 DE
DEZEMBRO DE
2011 E 2010

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido constituída em 26 de Abril de 1896. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade.

A Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 10 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CEMAH foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de activos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Não existem normas ou interpretações com aplicação efectiva pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2011 que possam ter um impacto significativo na Caixa. Adicionalmente, a CEMAH optou por não aplicar antecipadamente as normas contabilísticas e interpretações emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 2011, nomeadamente:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração
- IFRS 12 - Divulgação de interesses em outras entidades
- IFRS 13 – Mensuração do justo valor
- IAS 19 – Benefícios aos empregados
- IAS 28 (2011) – Investimentos em associadas

De entre estas destaca-se o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitido pelo IASB em 12 de Novembro de 2009 e Outubro de 2010, mas ainda não adoptado pela União Europeia). Esta nova norma versa sobre a classificação e mensuração dos activos financeiros e requer que estes sejam classificados em duas categorias: (i) mensurados ao justo valor e (ii) mensurados ao custo amortizado, sendo esta determinação efectuada no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus instrumentos financeiros e das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos. Para os passivos financeiros, a norma retém a maioria dos requisitos do IAS 39. A Caixa ainda está a avaliar o impacto total da adopção do IFRS 9.

De salientar ainda as alterações ao IAS 19 - Benefícios aos empregados (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013, estando ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia), relacionadas com o reconhecimento e

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos “Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com o fundo constituído é calculado com base na responsabilidade líquida não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Caixa encontra-se a analisar os impactos destas alterações.

Não existem outras normas ou interpretações que, não sendo ainda aplicáveis, seja de esperar um impacto significativo na Caixa.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Março de 2012.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros.

2.2 Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010.

2.3 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1 Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos activos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo,

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados sem cumprimento do Aviso nº3/95 do Banco de Portugal, são, por indicação do Banco de Portugal, reclassificados e tratados como vencidos.

2.3.1.1.1 Provisões para crédito e juros vencidos, créditos e cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, a Caixa constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

- **Provisão para crédito e juros vencidos**

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é crescente em função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

- **Provisão para créditos de cobrança duvidosa**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no activo como dedução à rubrica Créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - i) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - ii) Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos, com início de contagem de vencido na data de contaminação do cliente.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

• **Provisão para riscos gerais de crédito**

A provisão para riscos gerais de crédito é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente. Encontra-se registada no passivo na rubrica “Provisões” e é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

2.3.1.2 Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.3.1.3 Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Concelho de Administração a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os activos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos dos mesmos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda é registada em resultados.

2.3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.5 Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

2.3.2 Outros activos tangíveis

De acordo com o aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os outros activos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, excepto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o activo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>	<u>%</u>
Máquinas e mobiliário	8	12,5
Viaturas	4	25
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	10	10
Imóveis	50	2

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que reflectem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

2.3.4 Aplicações por recuperação de créditos

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Activos não correntes detidos para venda. Estes activos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

cumprimento do crédito. A política da Caixa para activos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias potenciais em outros activos não são reconhecidas no balanço.

2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflecte as perdas por imparidade.

2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados.

2.3.7 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções colectivas de trabalho em vigor no sector bancário, a Caixa assumiu até 31 de Dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

De acordo com os estatutos da Caixa os membros do Conselho de Administração não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei nº1-A/2011 de 3 de Janeiro, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no activo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo actual fundo de pensões

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de protecção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respectivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções colectivas aplicáveis ao sector bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.16.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº4/2005 e nº12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de Dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros activos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacte ao nível das responsabilidades com pensões seria efectuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e presentemente de 10 anos.

Após a data de transição, o valor dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são reconhecidos de acordo com o método do corredor e registados na rubrica Outros activos ou Outros passivos – Desvios actuariais. São enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas actuariais acumulados que não excedam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excedam o corredor são amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de Dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões e dos desvios actuariais não reconhecíveis está registado na rubrica Outros Passivos.

Anualmente, a Caixa reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo e da amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor.

As contribuições para o fundo são efectuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, de 95%, excepto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas, que de acordo com o aviso nº4/2005 irão ser financiadas à medida que as responsabilidades forem sendo amortizadas.

Prémios de antiguidade

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do sector bancário, a CEMAH assumiu o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respectivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios.

O valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade, é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor actual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.16.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

2.3.8 Provisões

Esta rubrica inclui, para além da Provisão para riscos gerais de crédito (ver alínea 2.3.1.1.1) outras provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da actividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.3.9 Imposto sobre lucros

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 17 de Março de 1999, do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento da Região Autónoma dos Açores.

De salientar no entanto que de acordo com a Lei de Orçamento de Estado para 2012 que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de Janeiro de 2012 a CEMAH passa a ser sujeito passivo de IRC.

2.3.10 Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais,

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros factores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efectuadas.

Imparidade da carteira de títulos

A Caixa determina que existe imparidade na sua carteira de títulos quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros factores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as actuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos activos. Estas estimativas são efectuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efectuadas.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

3. Gestão do risco financeiro

A actividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 90% do activo.

Estrutura interna

O Conselho de Administração procede, anualmente, à revisão da estratégia e das principais políticas de crédito e princípios orientadores da concessão de crédito, tendo em conta os resultados alcançados e os objectivos estabelecidos.

Em matéria de risco de crédito, a fixação de objectivos centra-se na indicação do mercado alvo e na desagregação da carteira de acordo com critérios como a finalidade, o sector de actividade, as garantias prestadas, maturidade e qualidade do crédito concedido.

O sistema de gestão do risco de crédito apresenta uma adequada segregação de funções, nomeadamente no que respeita a: análise, aprovação e acompanhamento do risco e pretende contribuir para a identificação e correcção de eventuais desvios face aos objectivos e orientações estabelecidos.

No que respeita às responsabilidades específicas ao nível da gestão de risco de crédito, estas são:

Conselho de Administração e Direcção Geral:

O Conselho de Administração e Direcção Geral são responsáveis pela aprovação das políticas e procedimentos (incluindo níveis de tolerância) relacionados com o risco de crédito e acompanhamento da carteira de crédito, por forma a agir em caso de situações de maior grau de risco. De salientar que o Conselho de Administração é ainda responsável pela aprovação de todos os créditos.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Direcção Comercial e Rede de Balcões:

A Direcção Comercial é genericamente responsável pela revisão das propostas de crédito e emissão de um parecer, remetendo a informação sobre os processos para aprovação do Conselho de Administração. Procede ainda a análises regulares da carteira de crédito vencido e acompanha a carteira de crédito, reportando as situações mais críticas à Direcção Geral e Conselho de Administração. Adicionalmente revê as propostas de recuperação de crédito propostas pela equipa de recuperação e acompanha as situações de crédito reestruturado.

Ao nível da *rede de balcões*, as principais funções no que respeita à gestão de risco de crédito são:

- Recolher informação do cliente no âmbito do processo de aceitação de crédito e análise do *scoring*;
- Proceder a uma análise de risco preliminar, emitindo parecer sobre o risco da operação, tendo em consideração a situação patrimonial e financeira do cliente e garantias prestadas;
- Acompanhar a carteira de clientes;
- Analisar a carteira do ponto de vista comercial (pontos críticos e oportunidades).

Direcção de Gestão do Risco:

As principais funções em matéria de gestão de risco são as seguintes:

- Preparar e calibrar cenários de tolerância ao risco;
- Definir/actualizar perfil de risco e/ou níveis de tolerância ao risco;
- Comunicar directrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de risco de crédito;
- Elaborar os testes de esforço sobre a carteira de crédito;
- Emitir parecer sobre as propostas de crédito;
- Monitorar a exposição ao risco de crédito/concentração alertando a equipa de recuperação para o valor de crédito em risco.

Direcção jurídica:

Composta pelo técnico jurídico e por técnicos do centro de atendimento a particulares, tem como principal função negociar com os clientes em incumprimento alternativas de regularização da dívida.

A avaliação dos clientes conjuga aspectos de natureza quantitativa e qualitativa e indicadores de comportamento, resultando assim da apreciação dos dados contabilísticos, historial de cumprimento dos clientes e garantias, entre outros aspectos. Nessa mesma avaliação das operações tem particular incidência na ponderação do grau de risco associado, a identificação clara da finalidade dos financiamentos, capacidade de reembolso e contra garantias obtidas.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Controlo e políticas de mitigação

Aos responsáveis pela gestão de crédito cabe o controlo preventivo do risco e a detecção precoce de sinais de deterioração da qualidade dos devedores. Para tal, estão implementados os seguintes procedimentos e produção de informação:

- Produção de listagens de limites de crédito a renovar no mês seguinte, sendo estas enviadas para os balcões;
- Acompanhamento do risco de crédito, por cliente e balcão, tendo como base o crédito vivo existente (incluindo os descobertos em conta corrente) e as listagens de limites de crédito;
- Análise quinzenal das posições de grupos económicos, o qual fornece o peso de cada um no total do crédito, bem como nos requisitos de fundos próprios da CEMAH, sendo conferido o cumprimento dos limites;
- Análise regular da exposição do risco de crédito, com base nas carteiras de crédito, aplicações e investimentos, produzindo alguns cenários que suportarão a gestão do capital e o reporte prudencial;
- Acompanhamento do crédito vencido: diariamente são acompanhadas as prestações em dívida, apurando as respectivas razões para estas situações e semanalmente são analisados os créditos com prestações vencidas, por tipo de crédito, antiguidade, contra garantias, perspectivas de regularização e nível de aprovisionamento;
- Análise das situações mais críticas ao nível da carteira de crédito de acordo com indicação dos balcões, para reporte à Direcção Geral e Conselho de Administração;
- Análise da exposição dos grupos económicos e de crédito vencido pelo Conselho de Administração, com enfoque nas situações mais críticas, sendo definidas acções a tomar.

Processo de recuperação

- Tendo por base um conjunto de indicadores de alerta (ex. créditos com 3 prestações vencidas) é estabelecido um contacto com o cliente, negociando-se as possibilidades de regularização dos pagamentos em atraso;
- Caso exista uma proposta de reestruturação, são solicitados novos elementos;
- Caso não exista sucesso na negociação por parte da Direcção Comercial, os processos são encaminhados para o Conselho de Administração e Direcção Geral para definição de medidas de prossecução/resolução (ex. envio para contencioso);
- Aquando da passagem para Contencioso a Gestão de Riscos tem 5 dias para preparar o processo.

Políticas de mitigação

A Caixa tem definido um conjunto de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias aquando da concessão de crédito. A Caixa implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colaterais. Os principais tipos de colaterais para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efectuadas na Caixa;
- Penhor de activos como instalações, inventários e contas a receber.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existam indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, a Caixa procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes.

Compromissos de concessão de crédito

O principal objectivo deste tipo de instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requisiere. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito associado a este produto, a Caixa está potencialmente exposta a uma perda num montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Neste âmbito, a Caixa monitoriza com especial atenção os compromissos de crédito revogáveis, uma vez que apenas sobre estes tem poder de acção atempada.

Medição do risco

A Caixa não utiliza modelos internos para medição e cálculo dos requisitos de capital para o risco de crédito. Os requisitos de capital são calculados de acordo com o método padrão, sendo efectuadas adicionalmente análises de sensibilidade e cenário específicas.

Imparidade e políticas de provisionamento

A Caixa avalia semestralmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito.

A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objecto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A metodologia adoptada pela Caixa baseia-se num modelo de imparidade para a carteira de crédito, que tem por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa constitui provisões de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho. No caso das perdas por imparidade serem superiores às provisões registadas em balanço de acordo com o Aviso acima referido, é efectuado um reforço das provisões em balanço pela respectiva diferença.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	Exposição máxima	
	2011	2010
Disponibilidades em Bancos Centrais	4.734	4.976
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.860	1.666
Aplicações em instituições de crédito	75.192	89.287
Activos financeiros disponíveis para venda	4.062	7.836
Crédito a clientes	154.969	131.773
Investimentos detidos até à maturidade	13.858	15.167
Outros activos	158	309
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	4.601	5.308
Linhas de crédito irrevogáveis	16.952	17.549
Outros compromissos		

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os activos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Exposição por indústria

Apresenta-se de seguida os valores de balanço dos activos sujeitos a risco de crédito, categorizados por tipo de indústria.

A 31 de Dezembro

	Instituições Financeiras	Sector público	Imobiliário	Indústria transformadora	Serviços	Outras indústrias	Particulares	Total
Disponibilidades em Bancos Centrais	4.734	0	0	0	0	0	0	4.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.860	0	0	0	0	0	0	2.860
Aplicações em instituições de crédito	75.192	0	0	0	0	0	0	75.192
Activos financeiros disponíveis para venda	49	2.802	0	0	0	1.211	0	4.062
Crédito a clientes	80	3.308	4.807	9.545	25.991	59.244	51.993	154.969
Investimentos detidos até à maturidade	0	13.858	0	0	0	0	0	13.858
Outros activos	0	96	0	0	2	0	59	158
	82.916	20.064	4.807	9.545	25.994	60.455	52.052	255.833
Garantias Prestadas	0	0	0	40	1.347	2.744	471	4.601
Linhas de Crédito revogáveis	0	15	0	12	27	393	2.204	2.651
A 31 de Dezembro 2011	82.916	20.079	4.807	9.597	5.387	63.592	54.727	259.136
A 31 de Dezembro 2010	96.696	19.267	565	272	5.387	90.119	46.829	259.136

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 2011 e 2010 era a seguinte:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Prime	22,57%	19,35%
Standard monitoring	71,22%	76,36%
Special monitoring	1,71%	0,68%
Sub standard	4,50%	3,61%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois factores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, activos financeiros disponíveis para venda, e investimentos detidos até à maturidade, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Activos financeiros disponíveis para venda	Créditos e Outros valores a Receber	Investimentos detidos até à maturidade	Total
2011-12-31					
AA- a AA+	-	-	-	-	0
A- a A+	7.002	-	-	-	7.002
Menor que A-	21.283	2.851	-	13.858	37.992
Sem rating	49.767	1.211	-	-	50.978
Total	78.052	4.062	0	13.858	95.972
2010-12-31					
AA- a AA+	2	-	-	1.239	1.241
A- a A+	516	4.141	-	11.328	15.985
Menor que A-	48.699	-	-	2.603	51.302
Sem rating	41.710	3.695	-	-	45.405
Total	90.927	7.836	0	15.171	113.933

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos factores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 90% do activo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações activas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com spread's que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos activos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respectivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objectivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Estão incluídos no quadro os activos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2011							
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	0	0	0	4.734	4.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	2.860	2.860
Aplicações em instituições de crédito	67.299	7.186	0	0	0	707	75.192
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	516	2.285	1.261	4.062
Crédito a clientes	46.751	42.907	57.823	1.308	4.435	1.744	154.969
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	13.661	197	13.858
Outros activos	0	0	0	0	0	158	158
Total de activos	114.050	50.093	57.823	1.825	20.382	11.661	255.833
Passivos							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	13	13
Depósitos de clientes	73.979	65.051	106.210	42	0	252	245.533
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	380	380
Total de passivos	73.979	65.051	106.210	42	0	646	245.927
Gap	40.071	(14.959)	(48.386)	1.783	20.382		
31 de Dezembro de 2010							
Total de Activos	68.335	99.712	37.076	9.079	25.533	11.279	251.014
Total de Passivos	76.623	54.825	105.548	1.980	0	1.374	240.350
Gap	(8.288)	44.888	(68.472)	7.099	25.533		

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Medição do risco

Ao nível da gestão e monitorização do risco de taxa de juro a Caixa procede ao cálculo dos *gaps* de *repricing*, de duração e de convexidade, os quais permitem as seguintes análises:

- Os valores nominais de activos e passivos são afectos a diferentes intervalos temporais em função da sua maturidade, se instrumento de taxa fixa, ou da data de refixação da taxa, caso se trate de um instrumento de taxa variável, representando a diferença em cada intervalo entre activos e passivos o *gap* de *repricing*; Este permite avaliar o impacto de uma variação paralela na curva da taxa de juro sobre a margem financeira da Instituição;
- A utilização de *gaps* de duração permite visualizar os desfasamentos existentes entre a duração de activos e passivos, reflectindo as implicações que movimentos paralelos na curva da taxa de juro terão para a valorização da carteira bancária; Quando considerada a convexidade o impacto em causa torna-se mais fiável para variações significativas da curva.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 2% nas taxas de juro de mercado a 31 de Dezembro de 2011 tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €27 milhares e €-3.402 milhares (2010: €29 milhares e €-4.258 milhares). O impacto no valor económico da carteira de tal variação nas taxas de juro seria, em tal data, cerca de €2.025 milhares.

iii) **Risco de mercado**

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efectua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efectuado a respectiva análise; e
- são realizadas reuniões trimestrais com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa óptica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2011	2010
Acções	49	105
Obrigações	0	0

Com base no montante registado em balanço a 31 de Dezembro de 2011 e considerando a cotação das acções BES-NOM, uma potencial variação de 10% na cotação do instrumento de capital resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de 5 milhares EUR (2010: 11 milhares EUR).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, 56% dos activos da Caixa dizem respeito à carteira de crédito e 27% diz respeito a aplicações em instituições de crédito, sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pela Direcção Geral. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas diariamente aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), e periodicamente aplicações a prazos mais alargados. Ambos os tipos de aplicações são objecto de controlo por parte do Departamento Financeiro e da Direcção Geral, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respectiva remuneração.

A actividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação susceptível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorados igualmente os activos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não activados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efectuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2011					
Recursos de outras instituições de crédito	13	-	-	-	13
Recursos de clientes	139.662	106.210	42	-	245.913
31 de Dezembro de 2010					
Recursos de outras instituições de crédito	18	-	-	-	18
Recursos de clientes	132.804	107.068	460	-	240.332

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de Dezembro de 2011

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	2.395	49	13.437	80	991	16.952
Linhas de crédito revogáveis	103	0	1.144	1.347	57	2.651
Total	2.498	49	14.582	1.427	1.048	19.603

31 de Dezembro de 2010

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	1.232	3.310	12.908	23	77	17.549
Linhas de crédito revogáveis	1.663	117	942	30	61	2.813
Total	2.894	3.427	13.850	53	138	20.362

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
31 de Dezembro de 2011						
Recursos de clientes	90.012	103.212	41	-	51.130	244.395
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	1.157	579	-	-	17	1.753
31 de Dezembro de 2010						
Recursos de clientes	78.659	107.068	460	-	53.133	239.320
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros Passivos	944	551	-	-	17	1.512

Gestão do capital

Os objectivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvaguardar a capacidade da Caixa de continuar como a sua actividade e assim proporcionar retorno para o accionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das directivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para os exercícios de 2011 e 2010.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Fundos Próprios	2011	2010
Base (i)		
Capital	17,500	15,211
Reservas e Resultados	4,378	5,704
Outros elementos	-2,563	-62
	<u>19,316</u>	<u>20,853</u>
Complementares		
Upper Tier 2	569	569
Lower Tier 2	0	0
	<u>569</u>	<u>569</u>
Deduções	110	1,722
	<u>19,774</u>	<u>19,700</u>
Requisitos de Fundos Próprios	13,712	14,706
Activos ponderados pelo risco		
No balanço	145,952	156,737
Fora do balanço	11,490	12,169
Rácio de Solvabilidade	11.5%	10.7%

(i) Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os Fundos Próprios de Base não incluem qualquer Resultado Líquido do próprio ano, uma vez que estes não se encontravam ainda auditados àquela data.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

4. Activos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Activos/Passivos Não Financeiros	Total
2011						
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	10.007	-	-	-	-	10.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.860	-	-	-	-	2.860
Aplicações em instituições de crédito	75.192	-	-	-	-	75.192
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.062	-	-	-	4.062
Crédito a clientes	154.969	-	-	-	-	154.969
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	13.858	-	-	13.858
Outros activos	158	-	-	-	23.206	23.364
Total Activos	243.186	4.062	13.858	0	23.206	284.311
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	0
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	13	-	13
Depósitos de clientes	-	-	-	245.913	-	245.913
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros passivos	-	-	-	-	6.478	6.478
Total Passivos	0	0	0	245.926	6.478	252.405
2010						
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	10.353	-	-	-	-	10.353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.666	-	-	-	-	1.666
Aplicações em instituições de crédito	89.287	-	-	-	-	89.287
Activos financeiros disponíveis para venda	-	7.836	-	-	-	7.836
Crédito a clientes	131.773	-	-	-	-	131.773
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	15.167	-	-	15.167
Outros activos	309	-	-	-	22.207	22.516
Total Activos	233.388	7.836	15.167	0	22.207	278.598
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	0
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	18	-	18
Depósitos de clientes	-	-	-	240.332	-	240.332
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros passivos	-	-	-	-	7.557	7.557
Total Passivos	0	0	0	240.350	7.557	247.907

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

5. Justo valor dos activos e passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 os valores contabilísticos dos activos e passivos financeiros comparam com o respectivo justo valor conforme segue:

	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	10.007	10.007
Disponibilidades em outras IC's	2.860	2.860
Aplicações em instituições de crédito	75.192	75.192
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	4.062	4.062
Crédito a clientes	152.957	152.957
Investimentos detidos até à maturidade	12.588	12.588
Total activos financeiros ao justo valor	257.666	257.666
Recursos de outras instituições de crédito	13	13
Depósitos de clientes	245.913	245.913
Total passivos financeiros ao justo valor	245.927	245.927

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros mais significativos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades a Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os Activos financeiros disponíveis para venda são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de acções não cotadas, sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é próximo do valor contabilístico.

Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são constituídos por instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. Tendo em consideração as taxas de juro intrínsecas, considera-se que o seu valor não difere significativamente do seu justo valor.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6. Notas

6.1 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Caixa	5.273	5.377
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>4.734</u>	<u>4.976</u>
	<u><u>10.007</u></u>	<u><u>10.353</u></u>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2011, estas taxas variaram entre 0,347% e 1,715% (2010 – 0,295% e 0,878%).

6.2 Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	819	262
Cheques a cobrar	<u>1.995</u>	<u>1.379</u>
	<u>2.814</u>	<u>1.641</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	46	25
	<u>2.861</u>	<u>1.666</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

6.3 Aplicações em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as aplicações em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Outras aplicações	74.485	88.490
Juros a Receber	707	797
	<u>75.192</u>	<u>89.287</u>

No que respeita à sua duração residual, as aplicações em instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Até três meses	75.192	69.188
De três meses a 12 meses	-	20.099
	<u>75.192</u>	<u>89.287</u>

6.4 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Instrumentos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	2.802	4.036
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	0	2.484
	<u>2.802</u>	<u>6.520</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Acções de emissores nacionais	49	105
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Acções	1.211	1.211
	<u>1.260</u>	<u>1.316</u>
	<u>4.063</u>	<u>7.836</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2011	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por Residentes					
Instrumentos de dívida					
De Dívida Pública Portuguesa					
Obrigações do Tesouro					
	72.250.000	723	516	722	(211)
	410.000.000	4.100	2.285	3.795	(1.667)
		4.823	2.802	4.517	(1.878)
De Outros Residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações					
		-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Acções					
	36.532	-	49	291	(242)
	10.000	-	1.211	1.211	-
		-	1.260	1.502	(242)
		4.823	4.062	6.019	(2.120)
31 de Dezembro de 2010					
	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por Residentes					
Instrumentos de dívida					
De Dívida Pública Portuguesa					
Obrigações do Tesouro					
	72.250.000	723	659	722	(68)
	410.000.000	4.100	3.377	3.795	(547)
		4.823	4.036	4.517	(615)
De Outros Residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações					
	1	2.500	2.484	2.500	4
		2.500	2.484	2.500	4
Instrumentos de capital					
Acções					
	36.532	-	105	291	(186)
	10.000	-	1.211	1.211	-
		-	1.316	1.502	(186)
		7.323	7.836	8.519	(797)

As obrigações OC 2011 – 1ª série venceram-se a 30 de Setembro de 2011, e foram reembolsadas ao seu valor nominal.

Durante o exercício de 2011, a CEMAH não procedeu à aquisição de quaisquer outros activos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos e Banco de Portugal, para garantia das obrigações assumidas pela Caixa. Em 31 de Dezembro de 2011 o valor dos penhores constituídos ascendia a €3.400 milhares (31.12.2010: €3.735 milhares).

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados (SIBS) cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

reconhecidos ao custo. Dada a natureza deste investimento (acesso à rede SIBS), a Caixa não pretende alienar esta participação.

Em 31 de Dezembro de 2011 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda não apresenta imparidade.

6.5 Crédito a clientes

A rubrica de Crédito a clientes decompõe-se como segue:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Crédito a Clientes		
Créditos não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	8.576	7.540
Empréstimos	61.569	36.814
Créditos em conta corrente	2.025	1.560
Descobertos em depósitos à ordem	10.639	13.190
	<u>82.809</u>	<u>59.104</u>
Particulares		
Habitação	19.368	20.234
Consumo	13.991	15.455
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.656	1.656
Empréstimos	27.275	27.411
Crédito em conta corrente	203	223
Outros créditos	6.867	5.641
	<u>69.360</u>	<u>70.620</u>
	<u>152.169</u>	<u>129.724</u>
Juros e comissões a receber	602	279
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	118	71
Mais de 90 dias	2.080	1.699
	<u>2.198</u>	<u>1.770</u>
Total Bruto	<u>154.969</u>	<u>131.773</u>
Menos:		
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	574	517
Provisão para crédito e juros vencidos	1.438	1.371
	<u>2.012</u>	<u>1.888</u>
Total Líquido	<u>152.957</u>	<u>129.885</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2011 é apresentado na Nota 6.11.

De salientar que, para além das provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido, a Caixa tem outras provisões, apresentadas no passivo, (ver nota 6.11) no montante de €1.755 milhares (2010 – €1.551 milhares) que também se destinam a cobrir riscos de crédito (Provisões para riscos gerais de crédito).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

A rubrica de crédito interno inclui €1.634 milhares de descobertos em depósitos à ordem, e €66 milhares de euros em crédito a prestações, da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de Dezembro de 2011, vencem juros a taxas correntes de mercado.

O escalonamento dos créditos sobre clientes, em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Até três meses	15.646	14.101
De três meses a um ano	28.229	13.527
De um a cinco anos	35.795	34.075
Mais de cinco anos	49.701	44.686
Duração indeterminada (*)	25.598	25.384
	<u>154.969</u>	<u>131.773</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem e Crédito e juros vencidos

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento é a seguinte:

	<u>Exposição Máxima</u>	<u>Provisões para crédito</u>
31 de Dezembro de 2011		
Inferior a 3 meses	1.693	1
3 a 6 meses	2.638	38
6 a 12 meses	2.656	215
Superior a 12 meses	2.838	1.755
Total	<u>9.824</u>	<u>2.011</u>
31 de Dezembro de 2010		
Inferior a 3 meses	291	18
3 a 6 meses	66	35
6 a 12 meses	58	68
Superior a 12 meses	1.284	1.524
Total	<u>1.699</u>	<u>1.646</u>

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, desagregada por tipo de produto, apresenta-se conforme se segue:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	Descobertos	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Total
Inferior a 3 meses	159	38	1.495	1.693
3 a 6 meses	49	27	2.562	2.638
6 a 12 meses	247	129	2.279	2.656
Superior a 12 meses	762	182	1.894	2.838
Total	1.217	377	8.230	9.824
JV Colaterais	84	84	11.209	11.377
Diferença	1.133	293	-2.979	-1.553

No que se refere aos créditos mais significativos com imparidade em 31 de Dezembro 2011, estes decompõem-se da seguinte forma:

	Particulares			Empresas			Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	
Exposição Total	22	430	3.988	6.530	5.316	52.332	68.618
Imparidade	22	80	2.662	493	33	2.395	5.685
Justo valor dos Colaterais	0	-	4.211	1.611	3.372	23.336	32.530

Salienta-se que o justo valor dos colaterais inclui as garantias reais (garantias hipotecárias), avaliadas por entidades credenciadas e independentes.

6.6 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Instrumentos de dívida		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	11.319	11.206
De emissores públicos estrangeiros	2.540	3.697
	<u>13.859</u>	<u>14.903</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2011	Quantidade	Valor Nominal	Valor Aquisição	Valor Títulos	Juros a receber	Imparidade	Valor Balanço
Emitidos por Residentes							
Instrumentos de dívida							
De Dívida Pública Portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.233	30	-	1.263
		11.123	11.207	11.198	121	-	11.319
Emitidos por não Residentes							
Instrumentos de dívida							
De Emissores Públicos Estrangeiros							
Hellenic Republic 2020/06/19	2.268	2.268	2.489	2.464	76	1.270	1.270
		2.268	2.489	2.464	76	1.270	1.270
		13.391	13.696	13.661	197	1.270	12.588
31 de Dezembro de 2010							
	Quantidade	Valor Nominal	Valor Aquisição	Valor Títulos	Juros a receber	Imparidade	Valor Balanço
Emitidos por Residentes							
Instrumentos de dívida							
De Dívida Pública Portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.231	30	-	1.271
		11.123	11.207	11.196	121	-	11.327
Emitidos por não Residentes							
Instrumentos de dívida							
De Emissores Públicos Estrangeiros							
France OAT	1.185.000	1.185	1.210	1.210	28	-	1.238
Hellenic Republic 2020/06/19	2.268	2.268	2.489	2.487	115	-	2.602
		3.453	3.699	3.697	143	-	3.840
		14.576	14.906	14.892	264	-	15.167

Em 2011, o mercado de dívida soberana europeia sofreu um revés sem precedentes, instalando-se uma desconfiança generalizada, motivada pela difícil situação orçamental de alguns Estados. É neste contexto, fortemente potenciado pela deterioração da situação da Grécia, que é questionado o risco de crédito de vários países europeus, nomeadamente a França, que em Dezembro de 2011 foi alvo de um *outlook* negativo por parte da S&P. A CEMAH, antecipando perdas adicionais futuras relativas à carteira de dívida soberana, vendeu as obrigações francesas, realizando uma mais-valia de €13 milhares.

No seguimento da reestruturação da dívida soberana grega, ocorrida no âmbito do Private Sector Involvement (PSI), a CEMAH reconheceu uma imparidade de 50% sobre o valor de balanço desta exposição (ver nota 6.11).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.7 Activos não correntes detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 analisa-se como segue:

	Imóveis	Total
Saldo em 31.12.2010		
Valor bruto	4.908	4.908
Imparidade acumulada	-300	-300
Valor líquido	<u>4.608</u>	<u>4.608</u>
Movimento		
Adições	997	997
Alienações	-841	-841
Saldo em 31.12.2011		
Valor bruto	5.064	5.064
Imparidade acumulada	-364	-364
Valor líquido	<u>4.700</u>	<u>4.700</u>

Do valor de adições registado no exercício de 2011, €897 milhares, referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito, e €100 milhares à reclassificação de um imóvel de Outros activos.

Em 2011 foram alienados 9 imóveis, registados ao valor de €841 milhares, dos quais resultaram €39 milhares de menos-valias.

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.11.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.8 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Activos tangíveis em curso	Outros activos tangíveis	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010					
Custo	7.934	3.058	491	1.637	13.121
Amortizações acumuladas	(1.928)	(2.131)	-	(3)	(4.062)
Valor líquido	<u>6.006</u>	<u>927</u>	<u>491</u>	<u>1.634</u>	<u>9.058</u>
Movimentos no exercício de 2010					
Saldo líquido de abertura	6.006	927	491	1.634	9.058
Adições	-	54	588	-	642
Transferências	-	20	(20)	-	-
Abates	-	(81)	-	-	(81)
Amortizações acumuladas bens abatidos	-	80	-	-	80
Amortizações do exercício	(157)	(297)	-	0	(454)
Saldo líquido de encerramento	<u>5.849</u>	<u>703</u>	<u>1.059</u>	<u>1.634</u>	<u>9.246</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010					
Custo	7.934	3.051	1.059	1.637	13.682
Amortizações acumuladas	(2.085)	(2.348)	-	(3)	(4.436)
Valor líquido	<u>5.848</u>	<u>703</u>	<u>1.059</u>	<u>1.634</u>	<u>9.246</u>
Movimentos no exercício de 2011					
Saldo líquido de abertura	5.848	703	1.059	1.634	9.246
Adições	-	113	678	60	851
Transferências	1.566	148	(1.714)	-	0
Abates	-	(32)	(23)	-	(55)
Amortizações acumuladas bens abatidos	-	30	-	-	30
Amortizações do exercício	(183)	(305)	-	0	(488)
Saldo líquido de encerramento	<u>7.231</u>	<u>657</u>	<u>0</u>	<u>1.694</u>	<u>9.584</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011					
Custo	9.500	3.281	0	1.696	14.475
Amortizações acumuladas	(2.268)	(2.623)	-	(4)	(4.895)
Valor líquido	<u>7.231</u>	<u>658</u>	<u>0</u>	<u>1.692</u>	<u>9.581</u>

As adições registadas nos activos tangíveis em curso durante o exercício de 2011 dizem respeito às obras de remodelação dos imóveis de Ponta Delgada e de S. Roque do Pico.

Da mesma forma, as transferências ocorridas da rubrica Activos tangíveis em curso para Imóveis de serviço próprio e Equipamento dizem respeito às referidas obras de remodelação, assim como ao respectivo equipamento afecto.

As aquisições de Equipamento efectuadas em 2011 referem-se essencialmente a equipamento informático (€71 milhares), equipamento de segurança (€31 milhares), e máquinas e ferramentas diversas (€16 milhares), na sua maioria afectos aos balcões de Ponta Delgada e S. Roque do Pico.

Os Equipamentos abatidos em 2011 dizem respeito a bens que se encontravam obsoletos, essencialmente, computadores.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.9 Activos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	Sistemas tratamento automático de dados	Activos intangíveis em Curso	Outros activos intangíveis	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010				
Custo	1.759	17	-	1.775
Amortizações acumuladas	(1.685)	-	-	(1.685)
Valor líquido	<u>74</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>91</u>
Movimentos no exercício de 2010				
Saldo líquido de abertura	74	17	-	91
Adições	1	26	-	27
Transferências	26	(26)	-	(0)
Amortizações do exercício	(56)	-	-	(56)
Saldo líquido de encerramento	<u>45</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>62</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010				
Custo	1.786	17	-	1.803
Amortizações acumuladas	(1.741)	-	-	(1.741)
Valor líquido	<u>45</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>62</u>
Movimentos no exercício de 2011				
Saldo líquido de abertura	45	17	-	62
Adições	26	457	77	560
Transferências	2	(2)	-	-
Amortizações do exercício	(52)	-	-	(52)
Saldo líquido de encerramento	<u>21</u>	<u>472</u>	<u>77</u>	<u>570</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011				
Custo	1.814	472	77	2.362
Amortizações acumuladas	(1.793)	-	-	(1.793)
Valor líquido	<u>21</u>	<u>472</u>	<u>77</u>	<u>570</u>

O acréscimo verificado em 2011 na rubrica Activos intangíveis em curso diz respeito essencialmente ao desenvolvimento do novo sistema informático (módulo de crédito).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.10 Outros activos

A rubrica de Outros activos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Devedores e outras aplicações		
Devedores por bonificações a receber	96	36
Outros devedores	59	270
	<u>155</u>	<u>306</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	2	3
Outros imóveis	-	100
Economato	24	
Numismática e outros metais preciosos	11	11
	<u>37</u>	<u>114</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	1.268	1.704
	<u>1.268</u>	<u>1.704</u>
Outros activos	<u>1.460</u>	<u>2.124</u>

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Devedores por bonificações a receber inclui valores a receber do Governo Regional dos Açores (€89 milhares) e da Direcção Geral do Tesouro (€7 milhares) relativos a bonificações.

A redução verificada em Outros imóveis refere-se à reclassificação de um imóvel para Activos não correntes detidos para venda (ver Nota 6.7).

A rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito essencialmente ao acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios resultante da transição para as IAS, que ainda não foram amortizadas por contrapartida de resultados transitados, cerca de €1.220 milhares (ver Nota 2.3.7). A variação ocorrida no exercício é explicada na sua maioria pelo valor da amortização anual dos encargos com pensões de reforma e outros benefícios, acima referida, no valor de €416 milhares.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.11 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2011 resumem-se conforme segue:

	Movimentos em 2011				Saldo em 2011-12-31
	Saldo em 2010-12-31	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.371	1.318	(1.245)	(6)	1.438
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	517	996	(859)	(81)	573
Provisões para riscos gerais de crédito	1.551	974	(769)	-	1.756
Outras Provisões	375	139	(500)	-	13
Total Provisões	3.813	3.427	(3.373)	(87)	3.781
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	1.270	-	-	1.270
Imparidade em activos não financeiros	301	73	-	(10)	364
Total Imparidades	301	1.342	-	(10)	1.633
Total provisões e imparidades	4.115	4.770	(3.373)	(97)	5.415

	Movimentos em 2010				Saldo em 2010-12-31
	Saldo em 2009-12-31	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.609	1.113	(1.320)	(31)	1.371
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	935	1.289	(1.668)	(39)	517
Provisões para riscos gerais de crédito	1.612	693	(754)	-	1.551
Outras Provisões	375	-	-	-	375
Total Provisões	4.531	3.095	(3.742)	(70)	3.814
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	-	-	-	-
Imparidade em activos não financeiros	60	336	(1)	(95)	301
Total Imparidades	60	336	(1)	(95)	301
Total provisões e imparidades	4.592	3.431	(3.743)	(165)	4.115

No que respeita ao movimento das provisões para crédito a clientes, destaca-se o aumento líquido de cerca de €124 milhares nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido.

A diminuição ocorrida em Outras provisões prende-se com a reversão de provisões adicionais para a cobertura de eventuais desvalorizações da carteira de imóveis, considerada excedentária no final de 2011.

O aumento verificado em Imparidade em títulos e participações financeiras diz respeito à imparidade registada sobre o investimento em dívida pública grega (correspondente a 50% da exposição em balanço).

O aumento da provisão para imparidade em activos não financeiros resultou da reavaliação de imóveis em carteira.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.12 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica inclui os depósitos à ordem de outras instituições de crédito num montante global de €13 milhares.

6.13 Recursos de Clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como se segue:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Recursos de Residentes		
Depósitos à ordem	50.750	52.945
Depósitos a prazo	143.622	123.075
Depósitos de poupança	49.643	63.112
Cheques e ordens a pagar	380	188
	<u>244.395</u>	<u>239.320</u>
Juros a Pagar	1.518	1.012
	<u>245.913</u>	<u>240.332</u>

Quanto à duração residual, estes recursos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Exigível à vista	53.376	54.145
Exigível a prazo		
Até 3 meses	88.789	78.659
De três meses a um ano	103.695	107.068
De um a cinco anos	53	460
	<u>192.537</u>	<u>186.187</u>
	<u>245.913</u>	<u>240.332</u>

A 31 de Dezembro de 2011, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem oscilavam entre 0 % e 3%, e as referentes a depósitos a prazo e de poupança entre 1% e 7,15%.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.14 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	14.000	15.140
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	(13.107)	(12.540)
Desvios actuariais (ver Nota 6.16)	<u>2.060</u>	<u>1.520</u>
	<u>2.953</u>	<u>4.120</u>
Credores e outros recursos		
Outros recursos	17	16
Sector público administrativo	193	126
Outros credores	<u>194</u>	<u>80</u>
	<u>404</u>	<u>222</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	426	361
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	<u>153</u>	<u>190</u>
	<u>579</u>	<u>551</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	<u>773</u>	<u>739</u>
	<u>773</u>	<u>739</u>
Outros Passivos	<u><u>4.709</u></u>	<u><u>5.632</u></u>

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH e de débitos directos junto da SIBS.

6.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade resumem-se conforme segue:

	<u>2011-12-31</u>	<u>2010-12-31</u>
Caixa	5.272	5.377
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	4.734	4.976
Disponibilidades à vista em outras IC's	2.860	1.666
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	<u>74.485</u>	<u>69.188</u>
	<u><u>87.351</u></u>	<u><u>81.207</u></u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.16 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.16.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

O BPI Pensões é a entidade responsável por efectuar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respectivo fundo de pensões. A avaliação actuarial tem por base o método “ProjectedCreditUnit” e os seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	Pressupostos	
	31-Dez-11	31-Dez-10
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	5,50%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,25%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	1,75%
Taxa de rentabilidade do Fundo	2,4%	2,4%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	
Percentagem de Casados	80.0%	80.0%
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de Janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo actuarial adoptado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de supervisores Financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Caixa tem 116 participantes no Fundo de Pensões, dos quais 64 são trabalhadores no activo, 27 são reformados, 14 são pensionistas e 11 são ex-trabalhadores.

No que respeita à esperança média de vida dos participantes do fundo, esta apresentava a seguinte decomposição:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Esperança média de vida (anos)		
Activos	34.1	34.1
Reformados	17.3	17.6
Pensionistas	15.6	21.3

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respectiva cobertura do Fundo de Pensões resumem-se como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Responsabilidades por serviços passados		
Colaboradores no activo	7,294	7,974
Pensionistas, reformados e ex-trabalhadores	6,706	7,166
	<u>14,000</u>	<u>15,140</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	<u>13,107</u>	<u>12,540</u>
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(893)</u>	<u>(2,600)</u>

A evolução do valor actual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Responsabilidades no início do exercício	15.140	14.469
Custo do serviço corrente	(8)	234
Custo dos juros	783	797
Contribuição dos participantes	48	47
Pensões Pagas	(542)	(538)
Reembolso GRA	10	10
(Ganhos) e perdas actuariais	(1.430)	121
Responsabilidades no fim do exercício	<u>14.001</u>	<u>15.140</u>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 relativo ao valor dos activos do Fundo de Pensões foi como segue:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	12.540	12.557
Contribuições	1.410	256
Pagamento de Pensões e SAMS	(556)	(537)
Rendimento esperado dos activos	589	626
Ganhos e (perdas) actuariais	(875)	(363)
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	<u>13.107</u>	<u>12.540</u>

Os desvios actuariais, que em 31 de Dezembro de 2011, resultam em ganhos ascendem a €2.060 milhares (31.12.2010: €1.520 milhares), dos quais €1.400 milhares dentro do corredor e €660 milhares fora do corredor.

Em 31 de Dezembro de 2011, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Custo dos serviços correntes	(8)	234
Custo dos juros	783	797
Rendimento esperado dos activos e reembolsos	(589)	(626)
Amortização dos Ganhos fora do corredor	(0)	(37)
Total incluído em Custos com pessoal	<u>185</u>	<u>368</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respectiva cobertura encontram-se reflectivos na Nota 6.14.

A 31 de Dezembro de 2011, os activos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

	<u>Valor</u>	<u>Percentagem</u>
Obrigações	3.904	29,8%
Acções	1.383	10,6%
Imobiliário	373	2,8%
Retorno Absoluto	57	0,4%
Liquidez	7.390	56,4%
	<u>13.107</u>	<u>100,0%</u>

6.16.2 Prémio de Antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de Dezembro de 2011 é de €153 milhares (31.12.2010: €190 milhares). Os desvios actuariais que em 2011 resultam em ganho ascendem a €18 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.14).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.17 Capital, reserva de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Capital

O capital estatutário da Caixa é de €17.500 milhares encontrando-se totalmente realizado. A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Conforme deliberação da Assembleia-geral de 23 de Março de 2011, o resultado líquido da Caixa referente ao exercício de 2010, no montante de €1.452 milhares (após absorção dos resultados transitados negativos no valor de €416 milhares), foi distribuído da seguinte forma: 25% para Capital; 25% para Reserva Legal, 25% para Reserva Estatutária e 25% para distribuir ao accionista.

No decurso do exercício de 2011, o capital registou um aumento de cerca de €2.289 milhares, sendo que €2.030 milhares foram transferidos da reserva legal para capital (conforme aprovação da Assembleia Geral) e €259 milhares da afectação anual do resultado líquido do exercício (de acordo com os seus Estatutos, o capital da Caixa deverá ser elevado anualmente com 25% do lucro líquido anual, depois de deduzidos os valores a transferir para as reservas legal/geral, especial e distribuição de lucros ao accionista).

Reserva de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver nota 6.4)	(2.120)	(797)
Reservas de reavaliação legal	<u>569</u>	<u>569</u>
	<u>(1.551)</u>	<u>(228)</u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados em activos financeiros disponíveis para venda.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de Dezembro de 2011, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efectuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. Não foi efectuada qualquer reavaliação de activos tangíveis durante o exercício de 2011.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real actual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

(iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de outras reservas e resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Reserva legal	1.413	3.184
Reserva Especial	3.381	3.122
Resultados Transitados	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>
	<u>4.378</u>	<u>5.890</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Reserva legal		
Saldo em 1 de Janeiro	3.184	2.875
Transf. Resultados Transitados	259	309
Transf. Para Capital	<u>(2.030)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1.413</u>	<u>3.184</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de Janeiro	3.122	2.813
Transf. Resultados Transitados	259	309
Saldo em 31 de Dezembro	<u>3.381</u>	<u>3.122</u>
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	(416)	(416)
Resultado líquido ano anterior	1.452	1.653
Amortização do impacto IAS 19 - Aviso nº 12/2001	(416)	(416)
Transf.p/ Capital	(259)	(309)
Distribuição dividendos	(259)	(309)
Transf.p/ reserva legal	(259)	(309)
Transf.p/ outras reservas	<u>(259)</u>	<u>(309)</u>
	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>
	<u>4.378</u>	<u>5.890</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias (conforme a alínea a) do artigo 27º dos Estatutos da CEMAH). A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 20% do lucro líquido anual, até atingir pelo menos 25% da totalidade dos depósitos. De acordo com os Estatutos, o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2011 esta reserva registou um aumento de cerca de €259 milhares por via da distribuição de resultados, e uma redução de €2.030 milhares, transferidos para a rubrica de Capital.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

A reserva especial só pode ser utilizada para cobrir prejuízos resultantes das actividades correntes. A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de Maio) exige que a reserva especial seja anualmente creditada com pelo menos 5% do lucro líquido anual. De acordo com os Estatutos o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2011 esta reserva registou um aumento de cerca de €259 milhares.

6.18 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	4.601	5.308
Activos dados em garantia (i)	<u>3.400</u>	<u>3.735</u>
	<u>8.001</u>	<u>9.043</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	67.374	66.260
Garantias reais (activos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>133.887</u>	<u>123.643</u>
	<u>201.261</u>	<u>189.903</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	16.952	17.549
Outros compromissos	872	865
Linhas de crédito revogáveis	<u>4.723</u>	<u>4.918</u>
	<u>22.546</u>	<u>23.332</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	<u>2.071</u>	<u>2.509</u>
	<u>2.071</u>	<u>2.509</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	9	9
De cobrança de valores	<u>3.766</u>	<u>4.879</u>
	<u>3.775</u>	<u>4.888</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Activos sob gestão (iii)	<u>9.568</u>	<u>4.321</u>
	<u>9.568</u>	<u>4.321</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao activo	1.091	1.122
Juros vencidos	115	70
Contas diversas (iv)	<u>25.247</u>	<u>8.884</u>
	<u>26.453</u>	<u>10.076</u>

- i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €3.400 milhares (2010: €3.735 milhares);
- ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal;
- iii) Inclui activos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão).
- iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.19 Margem Financeira

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades s/ Bancos Centrais	60	48
Disponibilidades s/ OIC	0	0
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	236	191
Depósitos	4.355	2.671
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	449	234
Empréstimos	1.897	1.357
Crédito conta corrente	104	87
Descobertos DO	1.077	974
Factoring	-	-
Particulares		
Habitação	744	700
Consumo	1.285	1.389
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	95	87
Empréstimos	1.188	1.087
Crédito conta corrente	29	28
Descobertos DO	356	372
Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	202
Crédito vencido	165	109
Juros e rendimentos similares outros activos	980	-
Devedores e outras aplicações	-	506
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	98	88
	<u>13.118</u>	<u>10.130</u>
Juros e encargos similares:		
Recursos IC país	0	0
Depósitos à ordem	175	169
Depósitos a prazo do tipo promissória	4.580	2.998
Depósitos a prazo do tipo poupança	957	1.532
	<u>5.712</u>	<u>4.699</u>
Margem financeira	<u>7.406</u>	<u>5.431</u>

Das variações registadas na margem financeira, salientam-se os aumentos verificados tanto nos juros das aplicações a prazo da CEMAH (€1.684 milhares) e nos juros do crédito concedido (€708 milhares), como nos juros dos depósitos de clientes (€1.013 milhares), resultado do aumento das taxas de juro de mercado face ao ano anterior.

Dos juros e rendimentos similares de outros activos constam os juros dos activos financeiros disponíveis para venda e dos investimentos detidos até à maturidade.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.20 Rendimentos de instrumentos de Capital

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital inclui os dividendos recebidos da participação na SIBS (€14 milhares) e de acções do BES (€5 milhares).

6.21 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras comissões recebidas		
Por serviços bancários prestados	127	136
Por garantias prestadas	131	133
Emissão de cheques	116	124
Comissões de processamento	477	453
Multibanco	576	539
Comissões de manutenção	-	23
Comissão levantamento numerário	76	50
Outras	1	-
	<u>1.504</u>	<u>1.458</u>
Outras comissões pagas		
Por operações realizadas por terceiros	24	2
Outras	181	159
	<u>205</u>	<u>161</u>
	<u>1.299</u>	<u>1.297</u>

As comissões recebidas associadas ao Multibanco, assim como as Outras comissões pagas dizem respeito ao tarifário interbancário.

6.22 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	87	99
Ganhos e perdas em activos financeiros disponíveis para venda	2	-
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 6.6)	13	-
	<u>102</u>	<u>99</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos relacionados com os câmbios EUR/USD e EUR/CAD.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.23 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em outros activos tangíveis	0	-
Outras receitas operacionais	129	89
	<u>129</u>	<u>89</u>
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	58	100
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	59	56
Perdas em activos não financeiros	40	68
Outros gastos operacionais	139	87
Outros impostos	36	7
	<u>332</u>	<u>317</u>
	<u>(203)</u>	<u>(228)</u>

A rubrica Outros impostos, passou em 2011 a incluir a periodificação do novo Imposto especial sobre a banca (2011:€29 milhares).

Dos €139 milhares registados em Outros gastos operacionais constam €50 milhares pagos à Unicre referentes a um reembolso de “fees” à Visa.

6.24 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	137	136
Remunerações dos empregados	2.343	2.223
Encargos sociais obrigatórios	811	682
Outros custos com pessoal	63	3
	<u>3.354</u>	<u>3.044</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2010 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH apresenta-se como segue:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	11	11
Outros quadros	10	9
Administrativos	7	7
Outros colaboradores	62	61
	<u>93</u>	<u>91</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.25 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	86	71
Material de consumo corrente	50	63
Publicações	5	6
Material de higiene e limpeza	3	1
Outros fornecimentos de terceiros	81	174
Com serviços		
Rendas e alugueres	104	109
Comunicações	265	229
Deslocações, estadas e representação	151	72
Publicidade e edição de publicações	191	65
Conservação e reparação	244	323
Formação de pessoal	26	23
Seguros	61	38
Serviços especializados	781	717
Outros serviços de terceiros	53	32
	<u>2,101</u>	<u>1,923</u>

A necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário da instituição, tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respectiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que, em 31 de Dezembro de 2011, ascende a €244 milhares. De salientar ainda o valor referente a Serviços especializados, no montante de €781 milhares, representando em 2011 cerca de 37% do total de gastos gerais administrativos, que inclui essencialmente, a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e outros consultores externos.

Dando cumprimento à alínea b) do nº1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2011 com a sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Auditoria	130	95
Outros serviços de garantia e fiabilidade	52	55
	<u>183</u>	<u>149</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

6.26 Transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Nome da entidade

Accionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

EVT - Empresa de Viação Terceirense, Lda.

Escola de Condução Ilha 3, Lda.

UNICOL - União Cooperativas Lactínios Terceirense, UCRL

PRONICOL - Produtos Lácteos, SA

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração e Direcção Geral

Carlos Manuel Brasil Silva Raulino

José Mancebo Soares

Leonildo Garcia Vargas

António Gabriel Fraga Martins Maio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

31 de Dezembro de 2011	Accionista	Entidades relacionadas	Membros do Conselho de Administração e Direcção Geral	Total
Activos				
Crédito	1.700	3.936	33	5.669
	<u>1.700</u>	<u>3.936</u>	<u>33</u>	<u>5.669</u>
Passivos				
Depósitos	905	363	244	1.512
	<u>905</u>	<u>363</u>	<u>244</u>	<u>1.512</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	30	230	1	260
Comissões recebidas	0	12	-	11
	<u>30</u>	<u>241</u>	<u>1</u>	<u>272</u>
Custos				
Juros e encargos similares	39	6	11	56
Donativos	-	-	-	-
	<u>40</u>	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>63</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	0	340	-	340
	<u>0</u>	<u>340</u>	<u>-</u>	<u>340</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

31 de Dezembro de 2010	Accionista	Entidades relacionadas	Membros do Conselho de Administração e Direcção Geral	Total
Activos				
Crédito	1.491	4.427	23	5.941
	<u>1.491</u>	<u>4.427</u>	<u>23</u>	<u>5.941</u>
Passivos				
Depósitos	599	1.359	368	2.326
	<u>599</u>	<u>1.359</u>	<u>368</u>	<u>2.326</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	99	18	0	117
Comissões recebidas	0	7	-	7
	<u>99</u>	<u>25</u>	<u>0</u>	<u>124</u>
Custos				
Juros e encargos similares	12	-	-	12
Donativos	51	-	-	51
	<u>63</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>63</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	0	165	-	165
	<u>0</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>165</u>

Não foram constituídas quaisquer provisões específicas referentes a saldos com partes relacionadas.

De salientar que todas as operações passivas e activas com entidades relacionadas foram transaccionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento no exercício de 2011 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de euros)

	Accionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração e Direcção Geral	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Empréstimos						
Empréstimos em 1 de Janeiro	1.491	1.612	4.426	3.882	23	22
Empréstimos emitidos durante o ano	1.775	-	4.908	2.250	92	6
Empréstimos pagos durante o ano	(1.566)	(121)	(5.398)	(1.706)	(148)	(5)
Empréstimos em 31 de Dezembro	<u>1.700</u>	<u>1.491</u>	<u>3.936</u>	<u>4.426</u>	<u>(33)</u>	<u>23</u>
Rendimento de juros	<u>30</u>	<u>99</u>	<u>230</u>	<u>18</u>	<u>1</u>	<u>0</u>
Depósitos						
Depósitos em 1 de Janeiro	304	160	663	663	368	519
Movimentos líquidos do ano	601	144	(300)	696	(124)	(151)
Depósitos em 31 de Dezembro	<u>905</u>	<u>304</u>	<u>363</u>	<u>1.359</u>	<u>244</u>	<u>368</u>
Custo de juros de depósitos	<u>39</u>	<u>9</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>-</u>

6.27 Evento subsequente

De acordo com a Lei de Orçamento de Estado para 2012 que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a CEMAH a partir de 1 de Janeiro de 2012 passa a ser sujeito passivo de IRC.

- : - : - : - : - : - : - : -